

UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE JORNALISMO

TATIANE MOREIRA ANÁLIO

GuerrilheirAs: A representação das mulheres militantes na Guerrilha do Araguaia pelo jornal *O Estado de São Paulo*

Mariana
2023

TATIANE MOREIRA ANÁLIO

GuerrilheirAs: A representação das mulheres militantes na Guerrilha do Araguaia pelo jornal *O Estado de São Paulo*

Monografia apresentada ao curso Jornalismo da Universidade Federal de Ouro Preto como requisito parcial para a disciplina Trabalho de Conclusão de Curso.

Orientadora: Ana Carolina Lima Santos.

Mariana

2023

A612g Análio, Tatiane Moreira.

Guerrilheiras : a representação das mulheres militantes na Guerrilha do Araguaia pelo jornal O Estado de São Paulo / Tatiane Moreira Análio. - Mariana, MG, 2023.

105 f.: il. ; tabs.

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) - Universidade Federal de Ouro Preto, Instituto de Ciências Sociais Aplicadas, Departamento de Ciências Sociais, Jornalismo e Serviço Social, DECSO/ICSA/UFOP.

Orientador: Ana Carolina Lima Santos.

1. Araguaia, Rio, Região. 2. Ditadura. 3. Feminismo. 4. Guerrilhas. 5. Mulheres. 6. Monografia. I.Santos, Ana Carolina Lima. II.Universidade Federal de Ouro Preto. Instituto de Ciências Sociais Aplicadas. III. Título.

CDU: 141.7



FOLHA DE APROVAÇÃO

Tatiane Moreira Análio

Guerrilheiras: a representação das mulheres militantes na Guerrilha do Araguaia pelo jornal O Estado de São Paulo

Monografia apresentada ao Curso de Jornalismo da Universidade Federal de Ouro Preto como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Jornalismo

Aprovada em 31 de agosto de 2023

Membros da banca

Dra. Ana Carolina Lima Santos - Orientadora (Universidade Federal de Ouro Preto)
Dra. Hila Bernardete Silva Rodrigues (Universidade Federal de Ouro Preto)
Dra. Karina Gomes Barbosa (Universidade Federal de Ouro Preto)

Ana Carolina Lima Santos, orientadora do trabalho, aprovou a versão final e autorizou seu depósito na Biblioteca Digital de Trabalhos de Conclusão de Curso da UFOP em 06/09/2023



Documento assinado eletronicamente por **Ana Carolina Lima Santos, PROFESSOR DE MAGISTERIO SUPERIOR**, em 06/09/2023, às 10:53, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.ufop.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0586663** e o código CRC **42FAE391**.

A todas as mulheres da minha vida.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a luz que me guiou durante toda a graduação e vai continuar sendo meu alicerce daqui para frente. A mim mesma, pela coragem, desejo e força de ser quem eu sou. Aos meus maiores motivadores, meus pais, Irene e João Carlos. Às minhas três graças, minhas irmãs Caroline, Jayne e Jackeline. Aos meus amigos, irmãos melhor dizendo, Phablo, Ana Júlia, Alexandre e Beatriz. Sem vocês, eu não seria. Em memória à minha tão amada avó Maria, cuja presença é essencial na minha vida. Também em memória à minha querida tia Vanda. De onde estiverem espero que estejam orgulhosas de mim. A minha orientadora Ana Carolina que teve papel fundamental na execução desta pesquisa, agradeço pelo carinho e companheirismo durante essa linda trajetória. A todos que direta ou indiretamente fizeram parte da minha formação.

“Há centenas de milhares de outras garotas que compartilham as suas circunstâncias, e essas circunstâncias geraram poucas histórias. E as histórias que existem não são sobre elas, mas sobre a violência, o excesso, a falsidade e a razão que se apoderaram de suas vidas, transformaram-nas em mercadorias e cadáveres e identificaram-nas com nomes lançados como insultos e piadas grosseiras. O arquivo, nesse caso, é uma sentença de morte, um túmulo, uma exibição do corpo violado, um inventário de propriedade [...]”

Saidiya Hartman, *Vênus em dois atos*, 2020

RESUMO

Este trabalho analisa a representação das guerrilheiras do Araguaia pelo jornal brasileiro *O Estado de São Paulo* desde o início do conflito, que se deu durante a ditadura civil-militar brasileira, até o ano de 2023. Com esse recorte de gênero centrado em matérias que tratam de um conflito bélico, busca-se observar o papel reservado pelo jornal à mulher nesse episódio em específico. Nota-se certa invisibilização das guerrilheiras. Por isso, complementarmente, a monografia critica a cobertura realizada pelo jornal, clamando por uma nova narrativa para tais figuras femininas, capaz de resgatar a sua vida, histórias, desejos e motivações. Ao escrever no limite do que muitas vezes é indizível, o trabalho mimetiza a violência histórica do jornalismo e do arquivo do Estadão e tenta repará-la ao descrever de maneira responsável e gendrada sobre as guerrilheiras.

Palavras-chave: Guerrilha do Araguaia; *O Estado de São Paulo*; ditadura; mulheres; feminismo.

ABSTRACT

This work analyzes the representation of the Araguaia women guerrillas by the Brazilian newspaper *O Estado de São Paulo* since the beginning of the conflict, which took place during the Brazilian civil-military dictatorship, until the year 2023. With this gender focus centered on articles that deal with a military conflict, we seek to observe the role reserved by the newspaper for women in this specific episode. There is a certain invisibilization of the guerrillas. Therefore, in addition, the monograph criticizes the coverage carried out by the newspaper, calling for a new narrative for such female figures, capable of rescuing their lives, stories, desires and motivations. By writing on the edge of what is often unspeakable, the work mimics the historical violence of journalism and the *Estadão's* archive and tries to repair it by describing the guerrilla fighters in a responsible and gendered way.

Keywords: Araguaia's guerrilla; *O Estado de São Paulo*; dictatorship; women; feminism.

LISTA DE FIGURAS

1 - Áurea Eliza Pereira	23
2 - Crimeia Alice Schmidt de Almeida.....	24
3 - Dinaelza Santana Coqueiro.....	25
4 - Dinalva Conceição Oliveira Teixeira.....	26
5 - Elza de Lima Monnerat no momento da sua saída da prisão.....	27
6 - Helenira Resende de Souza Nazareth.....	28
7 - Jana Moroni Barroso.....	29
8 - Lucia Maria de Souza.....	30
9 - Luisa Augusta Garlippe.....	32
10 - Luzia Reis Ribeiro.....	33
11 - Maria Célia Corrêa.....	34
12 - Maria Lúcia Petit da Silva.....	35
13 - Rioco Kayano.....	36
14 - Suely Yumiko Kanayama.....	37
15 - Telma Regina Cordeiro Corrêa.....	38
16 - Walkíria Afonso Costa.....	39

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
1. AS MULHERES NA DITADURA CIVIL-MILITAR BRASILEIRA	16
2.1 A Guerrilha do Araguaia	19
2.2 GuerrilheirAs	22
2. . A COMPLEXA RELAÇÃO ENTRE JORNALISMO E DITADURA	43
2.1 Estadão	52
3. (IN)VISIBILIDADES DAS GUERRILHEIRAS NO ESTADÃO	66
3.1 Araguaia no feminino, a cobertura das “guerrilheira(s)”	69
3.2 Guerrilheiras têm identidade, a cobertura com nome e codinome	71
CONSIDERAÇÕES FINAIS	90
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	93
APÊNDICE: matérias que nomeiam guerrilheiras	98

INTRODUÇÃO

A Guerrilha do Araguaia foi um movimento de luta armada entre comunistas e militares entre os anos de 1967 e 1974 na região conhecida como Bico do Papagaio, situada na fronteira entre os estados do Pará, Maranhão e Goiás (onde atualmente é o Tocantins) durante a ditadura civil-militar. A guerrilha levou esse nome pelo fato de essa região ser entrecortada pelo rio Araguaia. O objetivo dos guerrilheiros comunistas era instaurar um estado de guerra popular prolongada na região Norte do Brasil e, a partir disso, tentar tomar o poder no país, que estava nas mãos dos militares. Quando se fala na Guerrilha, um dos principais personagens evocados é Osvaldo Orlando da Costa, conhecido como Osvaldão. Natural de Passa Quatro (MG), onde também nasceu a autora desta pesquisa, ele foi um dos primeiros a chegar na região do Araguaia e a lutar na Guerrilha. Em 1974, foi traído por um camponês local, Arlindo Piauí, que o teria entregado às Forças Armadas. As versões de sua morte divergem: ele pode ter morrido nas mãos do próprio Piauí ou ter sido preso e posteriormente fuzilado. Conta-se que, uma vez morto, seu corpo mutilado teria sido exibido como troféu em várias localidades da região, com o objetivo de extinguir qualquer vestígio do mito que já se tornara. Seu corpo segue desaparecido até hoje.

As lembranças, desejo por justiça e retomada da história, que movem o presente trabalho, são influenciados pela vida de Osvaldão. Mas, menos que centrar-se nessa biografia, mais conhecida, interessa, aqui, observar o lugar das mulheres guerrilheiras, costumeiramente ofuscadas – nesse episódio, em específico; nos conflitos bélicos, como um todo. A pesquisa visa analisar a representação das guerrilheiras do Araguaia no jornal *O Estado de São Paulo*, também conhecido como *Estadão*, fundamentada em um recorte de gênero fundado nos estudos feministas. Ao tratar das guerrilheiras do Araguaia, o trabalho desenvolvido busca colocar o foco dos acontecimentos trazendo como protagonistas as mulheres, tantas vezes esquecidas e revitimizadas na história, em arquivos e no jornalismo.

O jornalismo tem, em seu âmago, o papel de cobrir a realidade, construindo-a, e de retomar, do presente ao passado, fatos que ajudam a fundar as bases de ver e entender o mundo. Há vários exemplos na história da mídia

brasileira, profissionalizada em 1969, com a aprovação da Lei de Imprensa, de atuações jornalísticas marcadas pela agência, em que os veículos se tornam entidade sociais e culturais. O doutor em Jornalismo, Manuel Carlos Chaparro (1993) cita o caso da cobertura das *Diretas Já* em 1984, pela *Folha de São Paulo*. Caminha em um mesmo sentido o argumento de Denis McQuail (2002), para quem a comunicação de massa tornou-se um elemento essencial do processo democrático, ao instaurar uma arena e canal para o amplo debate, veiculando opiniões e informações diversas. Por isso entende-se que, mais que acontecimentos isolados, como o das *Diretas*, o jornalismo atua de maneira efetiva na sociedade. Ressaltar como as mulheres são narradas nesse espaço, ainda que por meio de uma análise mais pontual, da cobertura de uma guerrilha, por um jornal específico, torna-se fundamental.

A escolha pelo veículo *O Estado de São Paulo* ocorre por este ser de propagação nacional, se configurando como um dos impressos de maior circulação (e, por tabela, de maior influência) do país. Além disso, seus arquivos são de fácil acesso. O acervo *Estadão*¹, que reúne todas as edições desde 1875, se apresenta com um campo de pesquisa onde palavras-chave são digitadas e resultados, encontrados – podendo ser filtrados entre a edição Brasil ou edição São Paulo e também entre os cadernos (política, geral, opinião, etc).

A monografia investiga, principalmente, como o machismo aliado a uma estrutura de poder da sociedade, nesse caso o jornalismo, tratou a história das mulheres guerrilheiras. Interessa observar qual o espaço dado pelo jornal para as guerrilheiras, examinando menções feitas a elas das primeiras coberturas sobre a Guerrilha do Araguaia até os dias atuais. A análise foi feita, principalmente, tomando como base o protocolo metodológico desenvolvido pela professora e doutora em Jornalismo Gislene Silva e pela mestrandia em Jornalismo Flávia Dourado Maia no artigo *Análise de cobertura jornalística: um protocolo metodológico*. Sendo assim, a análise seguiu os três níveis analíticos por elas sugeridos: “(1º) marcas da apuração, (2º) marcas da composição do produto e (3º) aspectos da caracterização

¹ Até o dia 10 de agosto de 2023, o acervo podia ser acessado de forma gratuita. Após essa data, as políticas de acesso mudaram e para a possibilidade de pesquisa a taxa cobrada é de R\$ 1,90 nos 3 primeiros meses e demais parcelas, R\$ 21,90 mensais.

contextual” (Silva, Maia, 2011, p. 8). O primeiro aborda de maneira específica o produto jornalístico em si, explorando a cobertura. O segundo enfoca não somente o texto, mas também a localização da página, diagramação, fotografia, entre outros atributos. E o terceiro capta aspectos da dimensão organizacional e do contexto social, histórico e cultural em que a produção jornalística está inserida.

A análise só pode ser realizada a partir da contextualização histórica do que foi a ditadura civil-militar, suas implicações e consequências, bem como da atuação das mulheres nesse contexto, em especial como se envolveram nos movimentos de resistência e na Guerrilha do Araguaia. As guerrilheiras são nomeadas e suas histórias são narradas. Se o foco do trabalho são essas mulheres, faz sentido conhecê-las e reconhecê-las. É com esse objetivo que nasce o primeiro capítulo.

No segundo capítulo, empenha-se em discutir a relação entre o jornalismo e a ditadura, de modo a entender de que forma a cobertura de um episódio como a Guerrilha foi possível durante o regime militar e depois dele. Também se situa o jornal *O Estado de São Paulo*, resgatando sua origem, seus criadores, sua postura diante e após o regime.

Só então, no capítulo três, o enfrentamento com o corpus empírico se dá. Foram feitas buscas pelos termos “Araguaia” e “guerrilheiras”, bem como pelo nome de cada uma das guerrilheiras. A partir da análise do material encontrado, realiza-se uma crítica que tem como base estudos feministas e uma visão gendrada, fazendo notar como o arquivo reduz e silencia essas mulheres. O gesto desta monografia, ao contrário, intenciona situá-las de forma distinta, tirá-las da lente que o patriarcado as condiciona, anarquizar o arquivo, isto é, desordenar e fragmentá-lo, em um exemplo de como o movimento feminista pode se apropriar dele e o revolucionar. De acordo com Márcio Seligmann-Silva (2014), a anarquia do arquivo abala o edifício da razão, na medida em que os resíduos da sociedade são coletados das ruínas para reconstruir um discurso de forma crítica. As operações de anarquivamento realizadas neste trabalho residem, principalmente, no ato de biografar: dar nomes completos omitidos então, mostrar os rostos que o jornal se recusou a dar, contar das trajetórias das guerrilheiras para além das acusações recebidas e das violências contra elas praticadas, tratar dos crimes em voz ativa. Ou

seja, tenta-se aqui impor um gesto de restituição/reparação para o apagamento materializado pelo *Estado*.

1. AS MULHERES NA DITADURA CIVIL-MILITAR BRASILEIRA

Entre os anos de 1964 e 1989, o Brasil passou por um regime ditatorial civil-militar². Na data de 31 de março de 1964, militares instalados na cidade de Juiz de Fora, em Minas Gerais, rebelaram-se contra o governo, dando início ao golpe de Estado. No dia 2 de abril houve a efetivação do regime quando os parlamentares brasileiros ratificaram a destituição do então presidente eleito democraticamente, João Goulart. Conhecido também como Jango, Goulart tinha ascendido na política brasileira em nível nacional durante a década de 1950. Era um dos mais conhecidos trabalhistas do Brasil e considerado um dos maiores sucessores de Getúlio Vargas. Em 1961, Jango assumiu a presidência, porque Jânio Quadros tinha renunciado ao cargo em agosto do mesmo ano. Como Jango era vice, a Constituição demandava que ele fosse empossado no cargo, o que aconteceu em 7 de setembro de 1961 (Rodrigues, 2014).

Com o clima de Guerra Fria entre Rússia e Estados Unidos, o perigo do comunismo assombrava os setores mais conservadores da sociedade brasileira. Jango representava para eles um risco por seus projetos de Reformas de Base, que visavam realizar mudanças estruturais no Brasil com o objetivo de reduzir as desigualdades existentes e, a partir disso, garantir o desenvolvimento social. Diante desses planos, a insatisfação veio, sobretudo, por conta da reforma agrária, que garantia acesso à terra aos despossuídos e prejudicava interesses do agronegócio. O planejamento dessas reformas era um plano de governo que vinha antes mesmo

² Há historiadores que tratam o golpe de 1964 como um golpe “civil-militar” e não apenas “militar”. A justificativa desses pesquisadores se dá pelo fato de o golpe de 1964 ter sido feito por meio de uma grande articulação entre militares e civis, haja vista que havia uma conspiração em curso, desde 1962. Além disso, uma vez iniciada a derrubada de João Goulart pelos militares, os civis (parlamentares) chancelaram o golpe, mesmo ele sendo ilegal à luz da Constituição de 1946. O golpe, portanto, foi iniciado pelos militares, mas também contou com apoio político e civil. Por estas razões, para este trabalho, será usada a terminologia “civil-militar”.

de Jango assumir o cargo da presidência, como aponta a mestra em História Social, Aline de Vasconcelos Silva:

Muito embora o programa das Reformas de Base tenha ganhado grande destaque no período em que João Goulart ocupou a presidência do Brasil (entre os anos de 1961 a 1964), ele não é pensado somente a partir de sua posse no cargo. O programa de reformas estruturais já fazia parte do programa do PTB (Partido Trabalhista Brasileiro) como um partido ligado às demandas das classes populares urbanas e que reivindicava a posição de diálogo com os movimentos de trabalhadores. (Silva, 2019, p.6)

Esse cenário acabou por aproximar militares, elites econômicas e o governo estadunidense. O estopim foi o nascimento de uma conspiração contra o presidente. Os Estados Unidos, por meio da CIA (*Central Intelligence Agency*), destinaram uma quantia monetária ao Brasil a fim de financiar candidatos políticos conservadores, a partir do Instituto Brasileiro de Ação Democrática (Ibad). Um grupo de fachada, chamado Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais (Ipes), foi criado. Apresentado como uma organização para estudos a respeito do Brasil e da sociedade brasileira, ele servia, na realidade, de ponto de encontro secreto entre militares e o alto empresariado do país, que conspiravam contra Jango. O golpe de 1964 foi a conclusão de um projeto de longa data que visava a derrubada do trabalhismo, que defendia o desenvolvimentismo da economia e a promoção de bem-estar social para a população – e a imposição de uma agenda que promovesse a “modernização” do Brasil pela via autoritária.

A imprensa se envolveu efetivamente com o regime de exceção por meio da Rede da Democracia, uma associação entre grandes jornais do Brasil que se uniram com o objetivo de tecer duras críticas e, com isso, enfraquecer os planos políticos e a imagem de João Goulart. O jornal *O Estado de São Paulo*, veículo que mais a frente será melhor analisado, apoiou o golpe, considerando-o uma revolução legítima.

Sob a liderança de Olímpio Mourão Filho, em 31 de março de 1964, os militares da 4ª Região Militar em Juiz de Fora iniciaram uma rebelião contra o governo. Não houve nenhum tipo de resposta do outro lado, e a ação militar ganhou potência, chegando às cidades do Rio de Janeiro e Brasília. No dia 2 de abril de 1964, os senadores, por meio de uma sessão extraordinária liderada por Auro de

Moura, consolidaram o golpe ao declararem que a presidência do país estava vaga. A ação acabou por derrubar João Goulart do cargo de presidente e instaurou, temporariamente, Ranieri Mazzilli em seu lugar. Em 9 de abril, o primeiro presidente militar da ditadura foi nomeado: o general Humberto Castello Branco. Os militares também outorgaram o primeiro de muitos atos institucionais³ que viriam a vogar no país, que impunha as primeiras medidas autoritárias da ditadura.

No Brasil, o regime ditatorial durou 25 anos, teve seis governos, incluindo um governo civil, e sua periodicidade pode ser dividida em cinco grandes fases. Uma primeira fase, de março de 1964 a dezembro de 1968, foi de formação do regime político ditatorial civil-militar, correspondente aos governos Castello Branco e Costa e Silva; uma segunda fase, entre os anos de 1969 a 1974, foi a de consolidação do regime ditatorial, com Médici no poder; uma terceira fase, de 1974 a 1979, foi de mudança da ditadura, comandada por Geisel; uma quarta fase, entre 1979 a 1985, foi de desintegração do regime ditatorial civil-militar sob o comando de Figueiredo; e por último, a fase de transição, entre 1985 e 1989, do regime de exceção para um regime liberal-democrático com o governo de Sarney (Codato, 2005, p. 86).

Os anos de chumbo, como ficou conhecido o período da ditadura civil-militar, foram marcados por violenta repressão contra grupos minoritários e de esquerda. O relatório final da Comissão Nacional da Verdade afirmou que, durante o regime, 434 pessoas morreram ou desapareceram. Além das mortes e desaparecimentos, a época foi marcada por uma série de violações de direitos humanos, como sequestros, detenções ilegais, torturas e estupros.

As mulheres também vivenciaram essa história, com um papel significativo na luta contra a ditadura, ainda que os movimentos de resistência, sobretudo de guerrilha, fossem compostos majoritariamente por homens⁴. É o que apontam Isabel

³ Os atos institucionais foram normas editadas pelos comandantes do Exército, da Marinha e da Aeronáutica ou pela presidência da República, com o respaldo do Conselho de Segurança Nacional durante o período de 1964 a 1969, que se sobrepunham a outras leis, inclusive à própria Constituição.

⁴ Para além do território nacional, outros engajamentos significativos podem ser lembrando. As mães da Praça de Maio é um exemplo significativo. O movimento teve início no dia 30 de abril de 1977 na Argentina, quando quatorze mulheres, familiares de desaparecidos políticos, se reuniram na Praça de Maio, em frente à sede do governo em Buenos Aires.

Cristina Hentz e Ana Maria Veiga em seu artigo *Entre o feminismo e a esquerda: contradições e embates da dupla militância*:

Os ideais guerrilheiros constituíam um modelo de masculinidade, na medida em que as características e virtudes valorizadas na guerrilha eram vinculadas ao que socialmente se entendia como masculino. [...] Levando isso em conta, a simples presença de mulheres em ambientes de luta armada já pode ser considerada uma contestação ao modelo de feminilidade socialmente aceito no período – de mãe, esposa e dona de casa (Hentz; Veiga, 2011, p.153).

A contestação das mulheres frente ao regime ia, efetivamente, de embate ao que se esperava da mulher ideal, idealizada militarmente como “aquela que se aproxima da imagem de mulher objeto, muito mais do que a de um sujeito livre, ativo, com participação social e política” (Hasanbegovic, 2001, p. 41). Talvez porque essa expectativa sobre o feminino siga pautando boa parte da sociedade brasileira, a memória sobre o período também é pouco associada à mulher. Mesmo a participação feminina sendo reconhecida nos dias de hoje, um número bem restrito delas foi homenageado. As palavras “valente”, “corajosa” e “heroína” são pouco associadas nos documentos do período às mulheres e na recordação feita hoje. O imaginário popular se valeu e continua se valendo de atribuições como: “esposa de...”, “companheira de...”, “amante de...”. O protagonismo feminino fica, quase sempre, em segundo plano.

1.2 A Guerrilha do Araguaia

Entre os anos de 1966 e 1974, ocorreu a Guerrilha do Araguaia. O conflito armado com os integrantes do Partido Comunista do Brasil (PcdoB) se deu em uma região de fronteira entre três estados brasileiros: Pará, Maranhão e Goiás (em território que hoje forma o Tocantins). Organizada pelo Partido Comunista do Brasil (PcdoB), partido revolucionário dissidente do antigo Partido Comunista Brasileiro (PCB), a expedição de confronto com a ditadura contou com cerca de setenta militantes, homens e mulheres. Os participantes do combate seguiam a linha estratégica maoista, adotada por Mao Tsé-Tung na China após a Segunda Guerra Mundial. O objetivo da guerrilha era instaurar um estado de guerra popular prolongada na região Norte do país e, a partir disso, tentar tomar o poder do Brasil,

que estava nas mãos dos militares. Entre os planos de conquista também estavam a programação para expandir a revolução do meio rural para as zonas urbanas e a manobra para o desgaste extremo do exército. O historiador Alessandro Visacro explana essa questão em sua obra *Guerra Irregular: terrorismo, guerrilha e movimentos de resistência ao longo da história*:

[...] a guerra de guerrilhas por si só não era suficiente para infligir ao inimigo uma guerra decisiva e assegurar a tomada do poder. Na verdade, não competia à guerrilha vencer, apenas desgastar as forças oponentes, obrigando-as a lutar campanhas longas e inconclusivas – bastava não ser derrotada. Ao mesmo tempo em que desempenhavam um importante papel na conquista do apoio da população, os grupos guerrilheiros, acumulando pequenos sucessos, expandiam continuamente sua estrutura organizacional, até o último estágio, sem perder algumas das qualidades essenciais de manobras, iniciativa, liberdade de ação, apoio da população e conhecimento do terreno, as unidades irregulares transformavam-se em tropas convencionais capazes de lutar e vencer grandes batalhas (Visacro, 2009, p. 85).

Foi no ano de 1966 que os guerrilheiros e guerrilheiras começaram a chegar na região de mata densa, a maioria vinda dos centros urbanos. O motivo para essa chegada foi se ambientar melhor ao espaço, ficando mais atentos aos costumes da população residente e se familiarizando com a mata, fazendo treinamentos, montando pontos de apoio, identificando locais de possível refúgio, como estradas principais e secundárias.

Acostumada ao centro urbano, a maioria dos militantes não se adaptou bem ao meio rural e teve dificuldades para o combate. O mesmo aconteceu com os militares. No entanto, estes usaram de repressão e ameaças, obrigando os moradores locais a indicarem os lugares de combate do grupo de esquerda e, além disso, os guiarem pela mata. Foi esse contato mais próximo entre os moradores locais e as Forças Armadas que fez com que os residentes tomassem conhecimento de quais guerrilheiros e guerrilheiras foram assassinados, em que circunstâncias e, em alguns casos, indicar a possibilidade e o local do sepultamento. A partir dessas informações que o Ministério Público subseqüentemente pode tomar nota de alguns nomes de pessoas desaparecidas. Além disso, a atuação dos familiares das vítimas foi responsável direta pela aprovação da Lei nº 9140, de dezembro de 1995, que resultou em uma missão na região, dirigida pela Comissão

Especial dos Mortos e Desaparecidos Políticos, criada no âmbito do Ministério da Justiça.

Durante a guerrilha, propriamente, as Forças Armadas fizeram ao todo quatro campanhas militares e operações de inteligência na região: Operação Carajás (1970), Operação Mesopotâmia (1971), Operação Axixá e Operação Peixe 1, 2, 3 e 4 (ambas em 1972), mobilizando cerca de 10 mil combatentes. Até o ano de 1972, muitos militantes foram presos e torturados; depois disso, a ordem do comando militar era a de matar todos os envolvidos e envolvidas na Guerrilha. Em outubro de 1974, Walkiria Afonso Costa, a última guerrilheira, foi encontrada na região, sendo presa e morta posteriormente. Dessa maneira, a Guerrilha do Araguaia chegou ao fim. Entre tantos outros crimes, os militares decapitaram militantes e queimaram seus corpos. Muitos foram jogados vivos de cima de helicópteros. A Comissão Nacional da Verdade (CNV) em seu relatório de Audiência Pública de 12 de agosto de 2014 relatou que:

Há registros de que guerrilheiros e camponeses presos foram levados com vida para base do Centro de Informações do Exército (CIE), em Marabá, conhecida como “Casa Azul”, para a base de Xambioá e outros campos de concentração de prisioneiros (Brasil, 2014, p.4).

As investidas de procura por restos mortais ou evidências da guerrilha se dificultaram por conta da chamada “Operação Limpeza”, de 1975 (Mechi; Justamand, 2014), em que os militares retornaram à região para apagar os vestígios das violações que praticaram. É provável que os policiais tenham desenterrado algumas ossadas do local e mudando-as de lugar.

Em 2010, o Estado brasileiro foi condenado pela Corte Interamericana de Direitos Humanos pela Guerrilha do Araguaia. Essa condenação fez com que os trabalhos fossem retomados no Araguaia. Assim, em 2009, foi criado o Grupo de Trabalho Araguaia (GTA) pelo então ministro Nelson Jobim do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB). Ele seria coordenado pela Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH/PR) e pelos Ministérios da Justiça e Defesa, com o objetivo localizar, recolher e identificar restos mortais de guerrilheiros e guerrilheiras.

O GTA foi prorrogado anualmente até 2018, devendo operar até 2020. Mas em 2019, um decreto do então presidente Jair Bolsonaro alterou o funcionamento dos grupos de trabalho da administração pública, o que os esvaziou. Uma portaria assinada pelo ministro da Defesa José Múcio Monteiro do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) revogou, no dia 13 de março de 2023, o GTA (Uol, 2023).

1.2 GuerrilheirAs

Áurea Eliza Pereira. Crimeia Alice Schmidt de Almeida. Dinaelza Santana Coqueiro. Dinalva Oliveira Teixeira. Elza de Lima Monnerat. Helenira Resende de Souza Nazareth. Jana Moroni Barroso. Lúcia Maria de Souza. Lúcia Regina Martins. Luisa Augusta Garlippe. Luzia Reis Ribeiro. Maria Célia Corrêa. Maria Lúcia Petit da Silva. Regilena Carvalho. Rioco Kayano. Suely Yumiko Kanayama. Telma Regina Cordeiro Corrêa. Walkiria Afonso Costa. Esses são alguns dos nomes que representam a luta feminina na Guerrilha do Araguaia. Todas essas mulheres têm nomes, rostos e histórias.⁵

Áurea Eliza Pereira, também conhecida como Áurea Eliza Pereira Valadão, nasceu no interior de Minas Gerais, na cidade de Monte Belo. Com 17 anos, mudou-se para o Rio de Janeiro para estudar no Instituto de Física da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), participando ativamente do movimento estudantil. Em meados de 1975 filiou-se ao Pcdob e mudou-se para a região de Caianos, sudeste do Pará, passando a trabalhar como professora. Integrava o Destacamento C da Guerrilha do Araguaia. Seus últimos vestígios no Relatório Arroyo⁶ remontam ao dia 25 de dezembro de 1973, aproximadamente a um quilômetro do acampamento onde o Chafurdo de Natal⁷ ocorreu. Na ocasião, ela estava

⁵ As biografias aqui construídas, apresentadas abaixo, tomaram como base informações que constam nos portais Memórias da Ditadura e Memorial da Resistência de São Paulo. Disponíveis em: <https://memoriasdaditadura.org.br/>, <http://memorialdaresistencia.org.br/>.

⁶ Escrito pelo ex-dirigente do PCdoB e um dos dois únicos combatentes a saírem vivos do conflito, Ângelo Arroyo; o relatório em questão é um dos poucos documentos da Guerrilha do Araguaia. Nele constam informações como a ação de resistência comunista, além das mortes e desaparecimentos ao longo dos dois anos de batalha. Está disponível em: <http://comissaodaverdade.al.sp.gov.br/upload/010-relatorio-arroyo.pdf>.

⁷ No dia de do ano de 1973, o estudante e guerrilheiro Guilherme Gomes Lund desapareceu após um ataque das Forças Armadas ao acampamento da Comissão Militar no Araguaia. Na

acompanhada de outros guerrilheiros e relatou ter ouvido barulhos de tiros e helicópteros na direção do acampamento onde estavam. Por esse motivo, o grupo decidiu afastar-se do local. Áurea foi vítima de desaparecimento forçado durante a Operação Marajoara no dia 7 de outubro de 1973, em uma emboscada descaracterizada, com uso de trajes civis e equipamentos diferenciados dos tradicionalmente usados pelas Forças Armadas; planejada e comandada pela 8ª Região Militar de Belém em cooperação com o Centro de Informações do Exército (CIE). As versões sobre seu desaparecimento são muitas.

Figura 1. Áurea Eliza Pereira.



Fonte: Memorial da Resistência de São Paulo

Crimeia Alice Schmidt de Almeida é militante e ex-guerrilheira do Araguaia. Iniciou sua militância política na escola secundária. Após o AI-5, entrou para a clandestinidade e tornou-se participante do Pcdob. No ano de 1969, foi para a região onde posteriormente teve início a Guerrilha do Araguaia. Com o codinome de Alice, era responsável pela comunicação entre os guerrilheiros e guerrilheiras e o partido, por meio de viagens periódicas. Em uma delas, no ano de 1972, foi presa em São Paulo pela Operação Bandeirante (Oban) e levada ao DOI-Codi. Grávida de

ocasião, ele encontrava-se acamado, vítima de malária, e era um dos 15 guerrilheiros que estava na área. O episódio ficou conhecido como Chafurdo de Natal.

sete meses, foi torturada e depois levada a Brasília, onde continuou sofrendo represálias até dar à luz a seu filho, ainda sofrendo constantes ameaças dos militares de que a criança não sobreviveria. Após o parto, Crimeia foi impedida de ver seu filho, só podendo retomá-lo 53 dias depois de seu nascimento. Em 2005, ela e seus familiares moveram uma ação declaratória contra o chefe do DOI-Codi naquela época, coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra. Em 2008, a Justiça de São Paulo acatou a ação, e Ustra foi declarado torturador e, mesmo adotando recurso em 2012, foi condenado. A atuação política de Crimeia segue até os dias atuais por meio da Comissão dos Familiares dos Mortos e Desaparecidos Políticos.

Figura 2. Crimeia Alice Schmidt de Almeida



Fonte: Memórias da Ditadura

Dinaelza Santana Coqueiro graduou-se em Geografia pela Pontifícia Universidade Católica (PUC) de Salvador (BA). Em 1970, ingressou nas fileiras do Pcdob. No ano seguinte, mudou-se para a região do rio Gameleira, onde participou da Guerrilha do Araguaia. Com o codinome de Maria Dina, ao longo da Guerrilha, se destacou por conta de sua resiliência e valentia. Dinaelza foi vítima de desaparecimento forçado durante a Operação Marajoara. Segundo o Relatório Arroyo, ela deveria ter chegado a um ponto de encontro no dia 28 de dezembro de 1973, mas não compareceu. Dina estaria dentro da mata quando foi abordada e

levada à casa de um morador local para ser interrogada. Como não havia fornecido nenhuma informação e também cuspidos nos militares, ela foi executada e seu corpo segue desaparecido.

Figura 3. Dinaelza Santana Coqueiro



Fonte: Memorial de Resistência de São Paulo

Dinalva Conceição Oliveira Teixeira cursou Geologia na Universidade Federal da Bahia (UFBA), onde participou ativamente do movimento estudantil entre os anos de 1967 e 1968, sendo, por esse motivo, presa por um curto período. Em maio de 1970, a militante foi para o Araguaia. Com o codinome Dina, passou a integrar o Destacamento C, chegando a ser vice comandante, única mulher a possuir esse cargo. Exerceu várias atividades, se destacando como parteira. Dinalva foi vítima de desaparecimento forçado durante a Operação Marajoara. Seu último registro no Relatório Arroyo remonta a data de 25 de dezembro de 1973, no Chafurdo de Natal. Segundo o relato, a guerrilheira estaria com febre quando o acampamento da comissão militar da Guerrilha foi atacado. Em depoimento à Comissão Nacional da Verdade (CNV) em 2014, o segundo-tenente, João Alves de Souza, afirmou que comandou o ataque à guerrilheira no ano de 1975, metralhando-a, logo após ela ter matado militares. Ele apontou, ainda, que Dina estava grávida no momento da execução. Em depoimento concedido à imprensa, o tenente-coronel Sebastião Rodrigues de Moura, o major Curió, afirmou que as guerrilheiras Luiza Augusta

Garlippe e Dinalva foram presas pelos militares e entregues, com vida, aos cuidados do tenente-coronel Léo Frederico Cinelli. Curió relatou que Dina teria sido morta no dia 24 de julho de 1974, em combate, após ter sido emboscada.

Figura 4. Dinalva Conceição Oliveira Teixeira.



Fonte: Memorial de Resistência de São Paulo

Elza de Lima Monnerat formou-se e trabalhou como professora primária até entrar para o funcionalismo público em 1939. Filiada ao Pcdob em 1945, era encarregada de ser arrecadadora de finanças. Em 1964, com a implantação da ditadura civil-militar, o Pcdob foi obrigado a exercer suas atividades na clandestinidade. Elza tinha como ofício montar “aparelhos” onde a direção do Partido pudesse se reunir em segurança e onde seus integrantes pudessem viver escondidos, tomando conta do deslocamento dos militantes entre estes endereços. Com o codinome de Dona Maria, foi uma das primeiras guerrilheiras a se instalar no Araguaia. Passou os anos seguintes transportando militantes do sul do país até a região escolhida, no local conhecido como Bico do Papagaio, e fazendo a ligação entre os militantes da Guerrilha com a direção central em São Paulo. No primeiro semestre de 1972, com a chegada do Exército à área, Elza foi obrigada a retornar a São Paulo quando levava mais guerrilheiros e guerrilheiras à região já cercada

pelos militares, permanecendo fora da área do conflito até o fim dos combates. Presa em dezembro de 1976, em decorrência do episódio conhecido como Chacina da Lapa⁸, cumpriu pena até 1979, participando de greves de fome junto com outras prisioneiras do regime. Foi libertada em agosto de 1979, com a anistia do governo de João Figueiredo. Após a libertação, liderou e organizou a procura pelos corpos dos guerrilheiros e guerrilheiras abatidos e desaparecidos nos anos de 1970. Morreu aos 90 anos de idade, em agosto de 2004. Uma rua em Guaratiba na zona oeste da cidade do Rio de Janeiro carrega seu nome.

Figura 5. Elza de Lima Monnerat no momento da sua saída da prisão



Fonte: Jornal Vermelho

Helenira Resende de Souza Nazareth iniciou sua militância estudantil em Assis (SP). Depois foi para a cidade de São Paulo, onde cursou Letras na Faculdade de Filosofia, Ciência e Letras da Universidade de São Paulo (FFCL-USP), presidindo o Centro Acadêmico. Com coragem na luta pela democracia, tornou-se uma das mais importantes lideranças no movimento estudantil paulistano da época. Foi presa diversas vezes pelos militares; em sua terceira captura – que aconteceu durante o Congresso da União Nacional dos Estudantes (UNE) em Ibiúna (SP) – acabou sendo transferida do presídio Tiradentes para o Departamento de Ordem Política e Social (DOPS) e, posteriormente, para o

⁸ A Chacina da Lapa ou Massacre da Lapa foi um atentado na Rua Pio XI no bairro da Lapa, na cidade de São Paulo. Na operação, militares do Destacamento de Operações de Informações do Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-Codi) invadiram o aparelho do PCdoB no nº 767. Três dos dirigentes máximos do partido foram assassinados e os demais, encarcerados e torturados.

presídio de mulheres do Carandiru, onde ficou presa por dois meses. Mediante *habeas corpus* no mês dezembro de 1968, a família conseguiu sua liberdade. Militante do Pcdob, Helenira resolveu seguir na clandestinidade, mudando-se para o sudeste do Pará. Adotou o codinome de Fátima e integrou, na Guerrilha do Araguaia, o Destacamento A, que passou a carregar seu nome após sua execução. Helenira foi vítima de desaparecimento forçado durante a Operação Papagaio. O Relatório Arroyo descreve que, na data de 29 de setembro de 1972, Helenira teria encontrado tropas das Forças Armadas e atirado com uma espingarda contra os soldados. Em seguida, um dos militares teria atingido a guerrilheira com uma metralhadora, prendendo-a e torturando-a até a morte. O relatório registra também informações dos moradores locais de que Helenira estaria enterrada em um local chamado Oito Barracas. Seu corpo segue desaparecido.

Figura 6. Helenira Resende de Souza Nazareth



Fonte: Memorial de Resistência de São Paulo

Jana Moroni Barroso estudou até o quarto ano de Biologia na UFRJ, onde se engajou na juventude do Pcdob. Sempre presente no movimento estudantil universitário, atuou na divulgação de jornais produzidos pela imprensa clandestina do partido e ocupou a função de secretária da Seção de Agitação e Propaganda. Na data de 21 de abril de 1971, com medo das represálias da ditadura, mudou-se para

localidade conhecida como Metade, próxima ao município de São Domingos do Araguaia, estado do Pará. Com o codinome de Cristina, exerceu atividade de professora de alfabetização para a população local. Depois passou a integrar o Destacamento A da Guerrilha. Oficialmente desaparecida em 2 de janeiro de 1974, foi vista presa e ferida na base militar em Bacaba. Os relatos sobre seu desaparecimento e morte são diversas e variam de versão para versão.

Figura 7. Jana Moroni Barroso



Fonte: Memorial de Resistência de São Paulo

Lucia Maria de Souza ingressou na militância entre os anos de 1969 e 1970, quando cursava medicina na Escola de Medicina e Cirurgia do Rio de Janeiro. Empenhada na impressão e distribuição do jornal Classe Operária, participava também do Comitê Universitário do Pcdob, formando parte da Secretaria de Agitação e Propaganda, cuja responsabilidade principal era a edição do jornal *A Luta*. No início de 1971, mudou-se para a região do Chega com Jeito, na localidade de Brejo Grande, no estado do Pará. Com o codinome Sônia, passou a integrar o Destacamento A da Guerrilha do Araguaia. O Relatório Arroyo descreve o episódio que teria resultado em sua morte na data de 24 de outubro de 1973 durante a Operação Marajoara: Lucia e outro companheiro de luta estavam caminhando e foram emboscados pela patrulha do Exército. Lucia levou um tiro e ficou ferida,

posteriormente foi morta a tiros. Segundo depoimentos elencados no livro *Dossiê ditadura*, ela teria morrido em uma localidade denominada Grota da Borracheira ou Grota da Água Fria. Vítima de desaparecimento forçado, Lucia segue como indigente.

Figura 8. Lucia Maria de Souza



Fonte: Memorial de Resistência de São Paulo

Lucia Regina Martins é um caso emblemático da Guerrilha do Araguaia e uma das figuras que quase caiu no limbo do esquecimento. Ex-estudante de obstetrícia da USP e participante do Pcdob, chegou à região do Araguaia. Grávida à época, relata que foi obrigada pelos comandantes a fazer um aborto. Prestes a morrer de infecção, em dezembro de 1971, tomou a decisão de retornar para a cidade de São Paulo. Regina abandonou o partido dois meses antes de os militares chegarem à região e decidiu seguir sua vida no anonimato. A partir de 1980, o Pcdob começou a geri-la como a principal suspeita de delação da Guerrilha do Araguaia. Depois de 30 anos de silêncio, no ano de 2002, Lucia Regina foi

encontrada na cidade de Taubaté (SP), por um grupo de estudantes de Jornalismo da Faculdade Cásper Líbero. Atualmente, ela é dentista, casada e tem filhos.⁹

Luisa Augusta Garlippe cursou enfermagem na USP. Entre meados dos anos 1960, foi integrante ativa da Associação dos Funcionários do Hospital das Clínicas, distribuía panfletos e organizava seus colegas de trabalho, seguindo orientação política do Pcdob. Ao constatar o perigo que a repressão à militância política representava, rumou, em 1970, para a região do rio Gameleira, no estado do Maranhão. Com o codinome Tuca, passou a integrar a Comissão Militar (CM) na Guerrilha do Araguaia em 30 de setembro de 1972. O Relatório Arroyo descreve que Luisa era uma das 15 pessoas presentes no acampamento da Comissão Militar da Guerrilha quando este foi alvo dos militares no episódio conhecido como Chafurdo de Natal. Há desencontros de informações quanto à data de sua morte e desaparecimento. O relatório do Ministério do Exército registra o desaparecimento de Luisa desde maio de 1974, a Marinha do Brasil declara seu óbito em junho de 1974 e o Ministério Público apresenta a informação de que morreu em 16 de julho de 1974. Em homenagem à sua luta contra o regime civil militar, a Comissão de Direitos Humanos da cidade de Araraquara (SP) e o PROCON da cidade de Santo André (SP) carregam seu nome. Além disso, a cidade de Campinas, no interior de São Paulo, deu o nome de Luisa à uma rua no bairro Vila Esperança. Os bairros de Itaim Paulista e Paciência, nos estados de São Paulo e Rio de Janeiro, respectivamente, também tem ruas que homenageiam a militante.

Figura 9. Luisa Augusta Garlippe

⁹ Nas buscas realizadas, não foram encontradas imagens de Lucia Regina Martins.



Fonte: Memorial de Resistência de São Paulo

Luzia Reis Ribeiro cursou Ciências Sociais pela UFBA e passou a ser vigiada pela repressão por fazer parte do Diretório Central de Estudantes da universidade. Impedida de trabalhar e de comparecer à faculdade, entrou para o Pcdob. Em janeiro de 1972 chegou à região do Araguaia, instalando-se na área de Caianos, entre Xambioá e Marabá. Integrante do destacamento C, adotou o codinome de Baianinha e estava com o grupo que caiu em uma armadilha em maio de 1972, no começo da ofensiva militar no Araguaia, traídos por um mateiro da região. Luzia fugiu do conflito sozinha e com apenas um revólver, em um rio próximo a uma área cercada pelas patrulhas do Exército. Ao fazer contato com um morador, dias depois, procurando por notícias do restante do grupo, foi presa em uma emboscada do Exército. Levada para a base militar em Xambioá, foi torturada com choques elétricos e simulação de afogamento, chegando a passar a noite nua dentro de um buraco no chão. Levada para Brasília, ficou presa alguns meses, sendo solta por não ter processos anteriores. Na sua cidade natal, Jequié (BA), passou um ano fazendo tratamento médico e psicológico a fim de superar os traumas do cárcere. Voltou para a faculdade em Salvador e começou a trabalhar. Aposentada, hoje ela denuncia o fato de as indenizações pagas a pessoas perseguidas durante a

ditadura civil-militar não contemplarem as famílias de moradores locais do Araguaia, que durante a guerrilha também foram presos, torturados e mortos.

Figura 10. Luzia Reis Ribeiro



Fonte: blog *Do Carvalho*

Maria Célia Corrêa era funcionária de banco e estudante de Ciências Sociais na Faculdade Nacional de Filosofia – atualmente UFRJ – até o início do ano de 1970. Participante política ativa, aderiu à militância engajada do Pcdob e, em 1971, seguindo a orientação do partido, mudou-se para a região do Araguaia. Com o codinome Rosa, participava do Destacamento A. Segundo o relatório do Ministério Público Federal de 2002, Maria teria sido vista presa e amarrada em São Domingos do Araguaia e, depois, presa em um carro preto – episódios que aconteceram após a Operação Marajoara. O mesmo documento indica também que foi vista na base militar da Bacaba, em janeiro de 1974. De acordo com o Relatório Arroyo, o último registro da presença de Maria Célia remonta a 2 de janeiro de 1974, quando o grupo no qual estava inserida, foi alvo de tiros, não havendo mais informações sobre a guerrilheira.

Figura 11. Maria Célia Corrêa



Fonte: Memorial de Resistência de São Paulo

Maria Lúcia Petit da Silva estudou no Instituto de Educação Fernão Dias na cidade de São Paulo em 1968. Nesse período, começou a militar no movimento secundarista, aproximando-se do Pcdob. No início de 1970, começou ativamente na militância, mudando-se para o estado de Goiás. Em seguida, deslocou-se para o sudeste do Pará, na região de Caianos, onde passaria a integrar o Destacamento C da Guerrilha do Araguaia. Adotando o codinome de Maria, trabalhou na localidade como professora e lavradora. A morte de Maria Lucia aconteceu quando ela e mais um grupo de guerrilheiros saíram do acampamento na data de junho de 1972, segundo o relatório Arroyo. Ela recebeu um tiro e caiu morta. Em 1991, em uma expedição realizada pelos familiares dos mortos e desaparecidos políticos do Araguaia, em conjunto com membros da Comissão de Justiça e Paz da Arquidiocese de São Paulo e peritos da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), foram exumadas duas ossadas enterradas no Cemitério de Xambioá (TO). Em 14 de maio de 1996, uma das ossadas foi reconhecida pelo Departamento de Medicina Legal da Unicamp como sendo a de Maria Lúcia. Em junho do ano de 1996, a guerrilheira foi sepultada no Cemitério de Bauru (SP).

Figura 12. Maria Lúcia Petit da Silva



Fonte: Memorial de Resistência de São Paulo

Regilena Carvalho é uma das poucas sobreviventes da Guerrilha do Araguaia. Jornalista e integrante do Pcdob, mudou-se em 1970 para a região sul do Pará, integrando-se ao Destacamento C e adotando o codinome de Lena. Em julho de 1972 – com os militares já inseridos na localidade – a guerrilheira saiu em uma manhã para fazer uma caça silenciosa acompanhada de outra militante. Lena acabou se perdendo e foi obrigada a dormir na mata. Não conseguiu voltar para o acampamento e percebeu que havia helicópteros sobrevoando a área. Mesmo com resistência e tentativa de fuga, a guerrilheira acabou se entregando. Ela foi levada para Brasília, onde ficou presa no 3º Quartel da Brigada de Infantaria. Regilena afirmou ter apanhado apenas no primeiro dia de interrogatório e que acreditava não ter passado por outros tipos de tortura porque não era uma figura importante no partido. Lena concedeu diversos depoimentos sobre esse período de exceção, além de ter também escrito a obra *Araguaia – da guerrilha ao genocídio*, em parceria com Rubim Santos Leão de Aquino.¹⁰

Rioco Kayano, paulista de Guaimbê, estudou Letras e filiou-se ao Pcdob no final dos anos 1960. Com 24 anos, em 1972, seguiu para região amazônica para se juntar a Guerrilha do Araguaia. No entanto, enquanto tentava cruzar a Rodovia Transamazônica, em Marabá, no estado do Pará, a militante foi presa no ônibus.

¹⁰ Nas buscas realizadas não foram encontradas imagens de Regilena.

Rioco permaneceu na cadeia Torre das Donzelas, sofrendo torturas por dois anos. Lá, conheceu a então estudante e militante Dilma Rousseff, que posteriormente se tornaria economista e primeira presidenta do Brasil. As consequências que a prisão trouxe para vida de Rioco foram desde uma forte rinite alérgica e uma disfunção da articulação temporomandibular (ATM) até uma crise psicótica quando sua primeira filha, Miruna, nasceu. Desde 2001, a guerrilheira faz parte do grupo de bordado coletivo Teia de Aranha, onde se reúne semanalmente com mais sete mulheres para realizar trabalhos manuais. Além de produzir painéis e bordados, elas realizam oficinas em bairros de periferia e no sertão de Minas Gerais para moradores de rua e para o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST).¹¹

Figura 13. Rioco Kayano



Fonte: portal de notícias Fonte 83

Suely Yumiko Kanayama iniciou sua militância política pela Ação Popular (AP) em 1967 quando ingressou na USP para cursar Língua Portuguesa e Germânica. Depois, passou a militar no Pcdob. Pelos perigos de represálias, começou a atuar na clandestinidade e mudou-se, em 1971, para região próxima ao rio Araguaia, no sudeste do Pará. Na localidade, integrou o Destacamento B, onde utilizava o codinome Chica. A última informação que consta sobre seu paradeiro é que havia saído antes do dia 25 de dezembro de 1973 em uma missão e deveria

¹¹ Essa biografia, em específico, foi pesquisada no site *Torre das Donzelas*. Disponível em: <https://www.torredasdonzelas.com.br/vozes-da-memoria-videos/rioco-kayano-2/>.

retornar no dia 28, mas nunca mais foi vista. O relatório do Centro de Informações do Exército (CIE) informa que Suely foi morta em setembro de 1974 durante a Operação Marajoara. Na data de 19 de novembro de 2013, em depoimento prestado à CNV, o sargento do Exército, João Santa Cruz Sacramento, afirmou que Suely havia sido levada para interrogatório e que posteriormente aplicaram-lhe uma injeção letal, enterrando seu corpo próximo a uma pista de avião. Sobre as circunstâncias de seu sepultamento, em entrevista concedida à revista *Veja*, em outubro de 1993, o coronel da Aeronáutica, Pedro Cabral afirmou que a guerrilheira foi morta no final de 1974 e que seu corpo foi enterrado na Base Militar da Bacaba. Relatou também que, durante a Operação Limpeza, suas ossadas foram desenterradas, colocadas em saco plástico e transportadas para a Serra das Andorinhas. O corpo de Suely segue desaparecido.

Figura 14. Suely Yumiko Kanayama



Fonte: Memorial de Resistência de São Paulo

Telma Regina Cordeiro Corrêa estudou Geografia na Universidade Federal Fluminense (UFF). Militante engajada do Pcdob e atuante no movimento estudantil, acabou sendo expulsa do ambiente acadêmico no ano de 1968 pelo Decreto-Lei 477. Com o intuito de atuar na Guerrilha, mudou-se para a região do Araguaia em 1971, participando do Destacamento B. Morando às margens do rio Gameleira,

adotou o codinome Lia. Depoimentos colhidos na região do Araguaia, pela caravana de familiares e pela Organização dos Advogados do Brasil (OAB), indicam que Telma teria sido presa em São Geraldo do Araguaia (PA) e entregue ao engenheiro José Olímpio, do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem (DNER). A guerrilheira teria passado a noite presa no barco de José e, em seguida, levada aos militares em Xambioá (TO). No relatório ofertado pelo Ministério do Exército, sua morte consta datada em setembro de 1974. Já no relatório do Ministério da Marinha, de 1993, a morte de Telma é registrada em janeiro de 1974. Telma foi executada e teve seu desaparecimento forçado durante a Operação Marajoara.

Figura 15. Telma Regina Cordeiro Corrêa



Fonte: Memorial de Resistência de São Paulo

Walkíria Afonso Costa foi servidora pública em Belo Horizonte (MG). No ano de 1966 ingressou no curso de Pedagogia pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Começou a ganhar destaque na militância estudantil, chegando a ser vice-presidente do Diretório Acadêmico da Faculdade de Educação, em 1968. Seguiu pela militância no Comitê Estudantil do Pcdob. Para residir na região do rio Gameleira e lutar na Guerrilha do Araguaia, abandonou o curso universitário em 1971. Pertencia ao Destacamento B e foi a última guerrilheira a ser vítima de desaparecimento. De acordo com o Relatório Arroyo, Walk – seu apelido carinhoso – foi vista por seus companheiros pela última vez no episódio conhecido como

Chafurdo de Natal, ocorrido no dia 25 de dezembro de 1973. Segundo o relatório do Ministério da Marinha, de 1993, sua morte consta datada em 25 de outubro de 1974. Em oitiva da Comissão Nacional da Verdade (CNV), realizada em 19 de novembro de 2013, em Belém (PA), o sargento do Exército, João Santa Cruz Sacramento, revelou que o Exército acreditava que a Guerrilha havia sido derrotada em 1974 e que a última pessoa a ser capturada havia sido Walkíria, entregue com vida na Casa Azul. Também afirmou que, ao final do conflito, duas mulheres foram mortas por injeções letais – a própria Walkíria e Suely Yumiko Kanayama. João afirmou ainda que elas também sofreram estrangulamento.

Fonte 16. Walkíria Afonso Costa



Fonte: Memorial de Resistência de São Paulo

As vivências dessas mulheres são múltiplas. Também foram variados os seus destinos pós-guerrilha. Algumas foram enterradas como indigentes, outras conseguiram sobreviver. Em comum, têm o apagamento da memória de suas histórias na batalha, que, ainda que não seja uma exclusividade dela, é com elas intensificadas. Essa obliteração memorialística, mais ainda das guerrilheiras, se deu por parte do regime civil-ditatorial não apenas por meios concretos – a caça, a tortura, o fuzilamento – mas também no campo simbólico. O apagamento de memórias é também um instrumento de repressão para a não reivindicação sobre

as injustiças e falhas nos direitos humanos que aconteceram no Araguaia. É o que explica, ainda que sem se deter a uma perspectiva gendrada, Reginaldo Cerqueira de Sousa, doutor em história pela Universidade Federal do Paraná (UFPR) em seu artigo *Guerrilha do Araguaia: violência, memória e reparação*:

O segundo aspecto nós o encontramos no campo simbólico. Tem a ver com o esforço das Forças Armadas para desqualificar, moral e eticamente, a imagem dos guerrilheiros junto à população e à sociedade de um modo geral. Um exemplo foi o primeiro anúncio oficial sobre a guerrilha feito em março de 1975, quando o presidente Ernesto Geisel, em pronunciamento no Congresso Nacional, sem dar a devida importância falou sobre um grupo pequeno de fanáticos que, segundo ele, havia aderido à luta armada na região de Marabá – Xambioá. Além das matérias publicadas na imprensa, nada mais foi comunicado sobre o que aconteceu com os guerrilheiros capturados e com os 51 combatentes que constavam, naquele momento, como desaparecidos (Sousa, 2019, p. 205, 206).

Por um machismo estrutural, os homens (mesmo em um contexto de exceção e, à época da ditadura, os guerrilheiros, lidos como errados e subversivos) são mais lembrados e, até mesmo, celebrados pela esquerda brasileira. Segundo o historiador Ricardo Melgar Bao, no desenvolvimento social das “virtudes violentas” das guerrilhas do Cone Sul era enaltecido “[...] um padrão de simbolização fortemente masculinizado, que jogou com a equivalência entre o viril e o heroico” (Bao, 2004, p. 91). No caso das mulheres, o enfrentamento no embate e a constante batalha para derrubar estereótipos são ainda mais difíceis pela questão de gênero, o que perdura no presente, em termos de memória. À época do regime, em um campo travado pelos militares e a esquerda ativista, a luta pelos direitos das mulheres foi, muitas vezes, considerada irreconciliável com a orientação dos partidos políticos. Os ideais femininos e feministas eram deixados de lado e subjugados como um “desvio pequeno burguês” e potencialmente perigoso, já que poderiam dividir a classe trabalhadora.

Essa perspectiva reverbera em outros aspectos. Com base no pensamento de Joan Scott (1990), o gênero seria um primeiro modo de dar significado as relações de poder na sociedade. Ao se aprofundar em questões de como o gênero se estabelece nas relações humanas, a historiadora explana sobre conceitos feministas e seus estudos. De fato, a binaridade estabelecida entre “homem” e

“mulher” concebe uma dicotomia enraizada de estereótipos e preconceitos, que exclui travestis, transsexuais, *queers*. O patriarcado (controle de corpos femininos por parte dos homens) coloca a mulher em posição subserviente, criando para ela estigmas como “sensível”, “fraca”, “histérica”, “burra”, “louca”. Seguindo esse ponto de vista, pode-se constatar como as relações de gênero permearam de forma ativa a maneira como as mulheres (principalmente as militantes) vivenciaram a ditadura. As ativistas políticas da época subverteram a ordem machista tão solidamente acomodada aos moldes do regime ditatorial aliado com o patriarcal. Andrei Martin San Pablo Kotcherenko afirma em sua obra *As mulheres na luta armada no Cone Sul*:

Seus papéis femininos tradicionais foram rompidos duplamente: ao se tornarem militantes, opondo-se à repressão militar, e ainda ao tentarem conquistar um espaço público, onde pudessem discutir, participar das decisões e debater assuntos especificamente femininos (Kotcherenko, 2011, p. 283).

O documento *Verdade e Gênero* organizado pela Comissão Nacional da Verdade do Estado de São Paulo também deixa explícita essa relação: “As guerrilheiras desafiaram o estereótipo de mulher concebido pelas Forças Armadas, que subjugavam sua importância para a luta, atribuindo-lhes o papel de amante dos guerrilheiros.” (São Paulo, 2015, p.19) Ao ingressarem para as lutas de oposição política, das mais distintas formas, as mulheres lutaram, armadas ou não, além de participarem da imprensa clandestina, escreverem, publicarem. Ou seja, foram muito mais que “amantes”.

Faz sentido a frase de Simone de Beauvoir, feminista francesa muito cultuada na Segunda Onda¹² do movimento feminista, em sua obra *O Segundo Sexo*: “Não se nasce mulher, torna-se mulher”. O ponto de partida da autora é baseado em uma ideia clássica do existencialismo de Sartre, de que “a existência precede a essência”. O filósofo aponta que o ser humano não tem uma essência ou identidade

¹² A Segunda Onda no movimento feminista se caracterizou no Brasil na luta das mulheres por direitos de cidadania quando o país fazia sua transição democrática no final dos anos 1970. Enquanto na Primeira Onda a luta envolvia, essencialmente, conquista de direitos políticos, no segundo momento as feministas estavam preocupadas especialmente com o fim da discriminação, e a igualdade de gêneros. Entre suas principais reivindicações à época estavam: legalização do divórcio; legalização do aborto; reconhecimento do sexo casual; e uso de contraceptivos.

definida ao nascer. No caso das mulheres, isso é ainda mais emblemático, tornar-se mulher é entender (mesmo que na marra) um mundo dominado pelo patriarcado, que subjuga mulheres desde a infância até a fase adulta, com atribuições que vão desde menininha, frágil, bonitinha até ações como feminicídio, estupro e tantos outros silenciamentos. O documento *Verdade e Gênero* deixa isso claro quando diz:

Ao buscar a verdade, a Comissão da Verdade deve analisar os fatos e suas circunstâncias, numa perspectiva de gênero, ou seja, considerando que as desigualdades entre os sexos levaram a consequências e sequelas distintas entre mulheres e homens, em decorrência das brutalidades cometidas pela ditadura militar. (...) Só assim a história poderá fazer justiça às mulheres, a parcela mais esquecida e menos visível da humanidade. Não basta ouvir as mulheres, será preciso senti-las em toda a dimensão de suas ações (São Paulo, 2015, p.45).

O feminino foi feito do que os homens atribuíram a ele, mas a luta das mulheres vai ao contrário disso, ela se desvencilha de fazer com que estas tornem-se expectativas do patriarcado. Foi o que as guerrilheiras pensaram. Mais que isso, colocaram em prática.

Os mais variados tipos de violências igualmente atravessaram as vivências dessas mulheres. E as violências de gênero, como abortos devido aos espancamentos e chutes dos torturadores, impedimento de mães de amamentar seus filhos nos cárceres, estupros e violência sexual, recaíram com exclusividade sobre elas. As consequências foram físicas (há, por exemplo, militantes torturadas que relatam que ou menstruaram excessivamente ou não menstruaram por meses) e psicológicas (traumas que assombram o cotidiano das sobreviventes) (São Paulo, 2014).

Quando há, adicionalmente, o silenciamento/apagamento memorialístico, quando nada ou pouco se lembra sobre essas mulheres, quando suas histórias são contadas resumidas às relações (amorosas, por exemplo) que tinham com os guerrilheiros, a figura feminina é posta no papel ao qual foi designado idealmente pelo sistema patriarcal: dentro de casa a cuidar dos filhos, calada, mas bem apresentável, servindo ao homem que a domina. Ou morta, com as biografias enterradas.

2. A COMPLEXA RELAÇÃO ENTRE JORNALISMO E DITADURA

Boa parte da imprensa apoiou o golpe civil-militar, inclusive chamando-o de revolução. Antes do desenrolar de medidas restritivas, o regime então instaurado recebeu adesão de diversos veículos de comunicação. “A participação da mídia nos acontecimentos que levaram ao golpe militar de 1964 contribuiu de maneira decisiva para a implantação da ditadura que dominaria o país por 21 anos” (Dantas, 2014, p. 65). Jornais de grande circulação do eixo Rio-São Paulo legitimaram o golpe, enfatizando a ação dos militares, como é o caso dos jornais *O Estado de São Paulo*, *O Globo* e *Tribuna da Imprensa*. “Em entrevista que me concedeu em 2005, o jornalista Ruy Mesquita, diretor do Grupo Estado, afirmou, ao ser perguntado sobre o apoio dado por seus jornais ao golpe: ‘Não só apoiamos, como conspiramos.’” (Dantas, 2014, p. 67). Outros jornais não ficaram de fora e se mostraram favoráveis às medidas instauradas pelos militares. A *Folha de São Paulo* divulgava discursos oficiais, não questionando e, muito menos, criticando o regime ditatorial. Prova disso são as manchetes e reportagens extremamente descritivas durante a divulgação do AI-5. No entanto, em alguns de seus textos opinativos, a *Folha* fez ponderações críticas e, até mesmo, duras ao regime instaurado. O veículo assumiu uma postura totalmente pró-democrática somente após anos, como explica o doutor em Comunicação e Cultura Contemporâneas, Allysson Viana Martins:

Foi apenas a partir das lembranças do golpe em 1984, quando se colocava como o ‘jornal das diretas’, ‘apartidário’, ‘independente’, ‘plural’ e ‘porta-voz dos anseios da sociedade’, com uma ditadura já em seus últimos momentos, que o veículo passou a combater a versão da ‘revolução democrática’, ‘manifestação’ e ‘movimento’ de 1964 (Martins, 2022, p. 58).

O jornal *O Globo* foi um dos entusiastas do golpe e do regime que o seguiu, argumentando que levaria o Brasil a uma democracia legítima, ao retorno à legalidade que, segundo conclamavam os militares, estava sendo desfeita com as ameaças comunistas do então presidente João Goulart e de seus apoiadores. O jornal só se retratou no dia 30 de agosto de 2013, após 49 anos do início da ditadura. “O *Globo* apoiou até o final do governo militar, com seu proprietário

lamentando em 1984 o iminente desmanche da ditadura, instaurada pelo que chamara por muitos anos de ‘revolução de 1964’” (Martins, 2022, p. 68).

Mesmo veículos que carregavam uma herança liberal sucumbiram ao golpe e à deposição de João Goulart. Exemplo disso foi *O Correio da Manhã*, com seus famosos editoriais publicados em março e abril de 1964 que pediam a saída de Jango da presidência, e as revistas semanais *O Cruzeiro* e *Manchete*. No entanto, conforme os atos de repressão iam crescendo, *O Correio da Manhã* passou a criticar duramente a violência dos golpistas, o que resultou em uma drástica diminuição da publicidade no jornal. Com a instalação do AI-5 no dia 13 de dezembro de 1968, o veículo foi invadido pela polícia. Na data, jornalistas foram presos. Passado pouco tempo, Niomar Muniz Sodré, proprietária do periódico, também foi levada à cadeia. Com a censura instalada, *O Correio da Manhã* acabou definhando no final de 1969. O que aconteceu com esse jornal, e tantos outros, mostra que, apesar do apoio, a imprensa não foi poupada pelo regime militar. Isso porque o período ditatorial teve como base o controle de corpos, espaços e, não menos importante, informações.

A ditadura, para além dos crimes de sequestro, detenção ilegal, tortura, estupro e morte, também cerceou os cidadãos privando-os de consumirem determinados conteúdos. Os censores atuavam sobre notícias, letras de música, peças teatrais e tantas outras manifestações culturais. A organização burocrática da função dos censores estava principalmente no âmbito do Ministério da Justiça e da Polícia Federal. Marcelo Ridenti, professor titular de Sociologia pela Unicamp, coloca essa questão trazendo dados numéricos em seu artigo *Censura e ditadura no Brasil, do golpe à transição democrática, 1964-1988*:

Por exemplo, em 1978, segundo o relatório da Divisão de Censura de Diversões Públicas, havia 45 técnicos censores e 36 servidores na parte administrativa, que naquele ano examinaram 9.553 filmes (de curta e longa metragem), 2.648 peças de teatro, 47.475 letras de canções, 1.996 capítulos de telenovelas, 86 programas de TV, 859 capítulos de radionovelas, 167 programas radiofônicos, 90.671 peças de publicidade para rádio e TV, 440.925 fotografias e cartazes publicitários, conforme pesquisa de Miliandre Garcia. No mesmo ano, foram proibidos na íntegra: 24 filmes, 79 peças de teatro, 462 letras de canções, 40 materiais de publicidade, 1.231 fotografias e cartazes. A Divisão de Censura de Diversões Públicas apreendeu ainda 226.641 exemplares de livros e 9.494 de revistas. Em 1978,

909.157 artistas e 1.073 casas de diversão estavam registrados oficialmente (Ridenti, 2018, p. 88).

Esses dados revelam o ordenamento e a seletividade do trabalho do censor. Ao mesmo tempo que o regime repreendia tudo que fosse contrário ao seu discurso, ele também incentivava a produção de obras que fomentassem certa modernização conservadora, com grande ênfase no capitalismo. Dessa maneira, as indústrias televisiva, editorial, cinematográfica, fonográfica, além de agências de publicidade e todo tipo de negócio dos meios de comunicação de massa, cresceram baseando-se nos padrões duramente impostos à época. Instituições governamentais como a Embrafilme, o Serviço Nacional de Teatro, a Funarte, o Instituto Nacional do Livro e o Conselho Federal de Cultura tiveram apoio por parte do Estado, anunciante indispensável para os veículos de comunicação. Como maior mobilizador e, simultaneamente, controlador das informações, o regime aniquilava qualquer conteúdo ou propagador de conteúdo que fossem contrários às suas ideias. A doutora em ciência política, Glenda Mezarobba, enfatiza essa questão em seu artigo *Entre reparações, meias verdades e impunidade: o difícil rompimento com o legado da ditadura no Brasil*: “Constituída para eliminar a subversão interna de esquerda, restabelecer a ‘ordem’ em seu território, e estruturada de forma a disseminar o medo e desmobilizar a sociedade, a ditadura brasileira classificava de inimigos do Estado todos aqueles que se opunham às suas ideias.” (Mezarobba, 2010, p. 7). Os jornais reprimidos muitas vezes assinalavam a censura deixando páginas em branco ou anexando poemas, receitas, entre outros conteúdos em suas páginas.

Objetivando manter o comando militar integrado aos acontecimentos da época, agentes da Polícia Federal ficavam espalhados por todos os lugares. A acentuação dessa violência se deu durante o Ato Institucional de número 5 que entrou em vigor no país no dia 13 de dezembro de 1968, quando o Estado obrigava a imprensa a acatar normas impostas, inclusive no que diz respeito a vetar fatos. Para conseguir ser veiculado, todo o conteúdo das páginas dos jornais era submetido à análise dos militares. Até o ano de 1970, os jornais não eram submetidos a essa vistoria, mas retirados de circulação quando veiculavam notícias que fugissem dos interesses do governo. Nesse determinado período de exceção,

cinemas, redes televisivas, teatros e jornais precisavam exibir, antes de apresentar seu conteúdo, o certificado de censura (Barbosa, 2006). A doutora em História, Beatriz Kushnir, em sua obra *Cães de Guarda - Jornalistas e censores do AI-5 à Constituição de 1988 observa:*

Acima de tudo, as normas legais do pós-1964 foram ordenadas dentro da perspectiva da Doutrina de Segurança Nacional, cerceando informações para impor uma imagem de “Brasil Grande”. É consagrada a noção de que a censura prestou um serviço aos governos da ditadura civil-militar pós-1964, atuando como deseducadora de várias gerações (KUSHNIR, 2015, p. 81).

Pode-se cair na armadilha da romantização da imprensa sempre e a todo momento engajada contra a ditadura, o que esse olhar desmente. Ainda assim, constata-se que houve, sim, quem aí lutasse fortemente contra o regime depois do massivo apoio ao golpe. No entanto, as intervenções do governo no controle do conteúdo a ser divulgado na grande mídia formularam-se com aparato em duas principais estratégias que dificultava a resistência: ou se tinha um censor na redação, diariamente, ou se realizava a autocensura. De forma geral, a censura prévia à imprensa foi operacionalizada mediante alguns mecanismos como: presença de um censor na redação do veículo de imprensa; análise prévia da Polícia Federal antes da publicação de qualquer material; e ordens emitidas por meio de bilhetinhos, telegramas, cartas e telefonemas indicando temas proibidos de serem tratados: “Por mais de três anos, os *bilhetinhos da censura* aportaram em todas as principais redações do país, por telefone ou por entrega em mãos, e indicavam o que poderia ser divulgado” (Kushnir, 2015, p. 195). Como explica Beatriz Kushnir:

No cerne dessa estratégia de adotar a autocensura para evitar problemas, outras organizações implementaram táticas parecidas. É importante pontuar que tal prática preservava as empresas, mas também fazia delas colaboradores de um esquema repressivo. Ou seja, ao não querer perder os “dedos”, acreditavam estar cedendo apenas alguns anéis. Infelizmente, contudo, eram os leigos telespectadores e/ou leitores que “pagavam a conta” da desinformação. Manter a estrutura no ar ou o jornal nas bancas, mesmo que autocensurado, para esses empresários da comunicação era um preço (menor) a ser pago. Os fins justificariam os meios (Kushnir, 2015, p. 190).

Grande parte dos impressos praticou a autocensura, fato que ajuda na compreensão do reduzido número de censores que efetivamente atuava nos meios de comunicação (Kushnir, 2015). Além disso, muitos dos censores eram, na verdade, jornalistas.

As reflexões nesse campo têm-se debruçado mais fortemente sobre a resistência, sobre burlar o “não dizer”. Por esse raciocínio, criou-se um duelo em que o censor ou é um tirano, um algoz, ou é um incompetente, um despreparado intelectualmente para a função. Já o jornalista é descrito como o que realizava pequenos ou grandes atos (tidos como heroicos) de desafio a esse opressor. Nem tudo se explica só nesse jogo maniqueísta. Um dos intuitos desta reflexão é perceber uma atuação colaboracionista, realizada na imprensa, ante a imposição autoritária. (Kushnir, 2015, p. 39)

O mesmo acontecia com alguns leitores que, em suas cartas aos jornais, assinalavam possíveis conteúdos a serem censurados. Isso evidencia que o ato de censurar é também resultado da aprovação de determinadas camadas sociais. Ainda assim, mesmo sendo “legalizado”, o governo não queria que o ato censório vinculado à imagem de autoritarismo transparecesse. No dia 26 de junho de 1973, a Polícia Federal distribuiu uma nota aos órgãos de comunicação proibindo qualquer crítica ao sistema de censura, órgãos de censura, censores e legislação censória. Isso mascarava a prática que, no ano de 1970, uma portaria havia formalizado em caráter mais duradouro, enfatizando a censura sobre publicações consideradas “subversivas” ou “obscenas.”

Como forma de luta e tentativa de driblar o regime autoritário, a imprensa alternativa foi construindo seu espaço. Veículos como *O Pasquim* subverteram a ordem com charges e metáforas, buscando construir um espaço de liberdade, ainda que fugaz. A jornalista Delise Dutra Barbosa pondera sobre isso em sua tese *Censura nos jornais durante os Anos de Chumbo (1968-1979)*:

Os jornais alternativos não tinham interesse de enraizar em meio a imprensa em geral. A ideia era materializar algo provisório, mesmo que vulnerável, mas livre para sofrer ataques externos, como do governo e da população que ia de encontro a essa maneira de fazer jornalismo. Os pequenos jornais queriam ter liberdade de ir para as bancas sem alguma lápide. Nos anos de chumbo, o número de folhetins alternativos cresceu. Eles almejavam liberdade para rebater atitudes do alto escalão. Portanto, o propósito dos alternativos não requeria permanência, poderia ter uma vida mais curta desde que mostrassem a existência de outra verdade, além da exposta pelos veículos da grande imprensa (Barbosa, 2006, p. 19).

Para além de *O Pasquim*, veículos como *Última Hora*, *Opinião*, *Movimento*, e *Ex* atuaram fortemente contra o golpe e o regime que o seguiu. Por conta disso, sofreram inúmeras represálias. Em muito, elas se assemelhavam ao que ocorria na grande imprensa, ainda que houvesse singularidades. O jornalista Audálio Dantas em seu artigo *A mídia e o golpe militar* relembra: “Alguns censores não se davam ao trabalho de comparecer à redação [desses veículos]: exigiam que todo o material de cada edição – textos, fotos, vinhetas e até anúncios – fosse enviado à sede da Polícia Federal, em Brasília” (Dantas, 2014, p. 71).

O jornal *Última Hora*, de cunho opinativo, foi fundado por Samuel Wainer como um veículo de comunicação de apoio ao presidente Getúlio Vargas e seus sucessores, se opondo ao golpe de 1964. Após o golpe, Wainer teve que se exilar na França, retornando ao comando do jornal somente no ano de 1967. Em 1971, menos de três anos depois do lançamento do AI-5, o jornal, por conta de opressões do regime, seria vendido para a *Folha da Manhã*, de propriedade da *Folha de São Paulo*.

O semanário *Opinião* foi criado por Fernando Gasparian quando ainda morava na Inglaterra, para onde se mudou por causa das ameaças de prisão feitas por um grupo de militares, irritados porque o empresário ajudava estudantes e dissidentes do regime. Era sediado na cidade do Rio de Janeiro e circulou entre os anos de 1972 e 1977. Lançado em novembro de 1972, durante o governo do presidente Emílio Médici, o jornal de caráter alternativo foi concebido para ser um canal de manifestação de intelectuais e jornalistas de oposição. O jornal deu grande cobertura à Guerra do Vietnã. A reação do governo militar também não tardou. Foi imposto um draconiano sistema de censura e várias pessoas que participavam do jornal foram várias vezes detidas e processadas (Franco, 1997). Em 15 de novembro de 1976, uma bomba explodiu no escritório do jornal, causando seu fechamento no ano seguinte. O veículo contrastava radicalmente em suas publicações com os semanários que tratavam de temas cotidianos da sociedade brasileira, como a revista *Veja*. *Opinião* ainda “[...] ensinava que a notícia é apenas

uma pequena parte da verdade, que por trás dela existem razões ocultas, interesses e jogadas” (Chinem, 1995, p. 58).

O *Movimento*, que começou sua circulação em meados de 1975, ficou sob censura prévia até o ano de 1978. O periódico *Ex*, que circulou por apenas dois anos, entre 1973 e 1975, consolidou-se como o jornalismo de ruptura, com narrativa forte e grande utilização de fotografias. A equipe que formulou o veículo era composta de diversas redações. O grupo era formado por ex-*Realidade*, ex-*Bondinho*, ex-*Grilo*, entre outros. Por isso, o nome *Ex*. A 16ª edição do jornal, publicada em outubro de 1975, representou fortemente o caráter alternativo do jornal, assim pontua a jornalista Jullyana Bragança em seu artigo “*Verás que um filho teu não foge à luta*”: *Jornal EX- como guardião de memórias subterrâneas da ditadura brasileira*:

Repleta de denúncias, desabafos e críticas, esta edição rendeu 50 mil exemplares – a primeira tiragem vendeu 30 mil e a segunda, de 20 mil, nem chegou às bancas, foi recolhida pela censura ainda na gráfica. A capa trazia um verso do Hino à República, utilizado ironicamente e com objetivo de criticar os acontecimentos recentes – e trágicos – pelos quais o país passava. Com o verso, que atuou como frase de efeito, “Liberdade, liberdade, abre as asas sobre nós”, estava lançada a edição que dedicou a maior parte de seu conteúdo à contestação contra a censura e a falta de liberdade de expressão e questionou a morte do jornalista Vladimir Herzog (Bragança, 2015, p. 11).

A reportagem tem início na página 33 e chama-se “A morte de Vlado”, grafada com letras garrafais. Esse fato noticiado, por si só, exemplifica com crueldade a perseguição à imprensa realizada pelo regime militar àqueles que atuavam politicamente. No dia 25 de outubro de 1975, morria o jornalista Vladimir Herzog, torturado pelos militares nos porões do DOI-CODI de São Paulo. Estrangeiro, o jornalista veio para o Brasil com os pais para fugir da perseguição aos judeus na Europa durante a Segunda Guerra Mundial. Acusado de associar-se ao Partido Comunista Brasileiro (PCB), na manhã do dia 25, compareceu às dependências do DOI-CODI do II Exército a fim de prestar depoimento à polícia. No fim da tarde do dia seguinte, sua morte foi anunciada como causa de suicídio, forjado pelos militares.

A extensa e impactante matéria do *Ex* sobre a escalada que levou ao assassinado do jornalista Vladimir Herzog. Mas esse passo ousado custou o desaparecimento do veículo, assim como aconteceu com outros jornais de resistência. Muitos jornais e profissionais da imprensa foram afetados pelo AI-5, tendo redações invadidas, depredadas ou fechadas pelas forças militares: “como ocorreu com a pioneira revista *Realidade*, cujos dirigentes, entre os quais, Paulo Patarra, foram demitidos” (Kushnir, 2015, p. 41).

Olhar para o que ocorreu nesses veículos hoje, em um momento de transição e de mudanças estruturais na produção jornalística (Adghirni; Pereira, 2011; Lopes, 2011), no Brasil e no mundo, implica em pensar o jornal como um lugar de reminiscência, espaço de articulação de uma memória coletiva, social e profissional. É necessário reconhecer a contribuição dos veículos mencionados, *O Pasquim*, *Última Hora*, *Opinião*, *Movimento*, e *Ex.*, nesse sentido. Com exceção de *O Pasquim*, que durou até o ano de 1991, todos eles findaram durante o regime ditatorial. Porém, seu legado e sua contribuição jornalística e histórica permanecem, dando respaldos para pesquisas acadêmicas ou para modelos de reportagem e de escrita.

O Pasquim resistiu à ditadura, mas perdeu o tom da crítica social em seus últimos anos. O início dos anos 90 e a degradação política do então presidente à época Fernando Collor foram a chave da dissolução pós-moderna do espaço público no fluxo midiático. É o que explica a mestre em História Social Andréa Cristina de Barros Queiroz em seu artigo *O Pasquim: um jornal que só diz a verdade quando está sem imaginação (1969-1991)*:

Seja como for, o próprio esgotamento do *Pasquim* e sua crescente descaracterização com a presença maciça de um apelo sexual conjugado ao aspecto mercantil, após vinte e dois anos podem ser pensados no âmbito mais geral deste amplo processo de mutação cultural gerado pela globalização. E o discurso pasquiniano não conseguiu se reciclar, mostrando-se cada vez mais padronizado e absorvido por esta cultura de massa. Portanto, a temporalidade do *Pasquim* rompeu sim, o ciclo alternativo, relacionado à existência de um regime autoritário e cerceador, contudo, isto não quer dizer que sua linguagem tenha permanecido a mesma de outrora. Principalmente, porque ela perdeu seu sentido de ser, enquanto voz de oposição e resistência, e passou a dialogar dentro do sistema, do qual tinha sido contra (Queiroz, 2004, p. 251, 252).

Apesar de sucumbir às armadilhas do mercantilismo imposto pelo sistema capitalista, o trabalho passado de resistência de *O Pasquim* e dos outros veículos citados atuou não só no jornalismo, mas em parte na sociedade brasileira, ao influenciar hábitos da vida social e produzir sentidos que transcendem sua existência material. Se hoje alguns veículos têm práticas pautadas pela lógica do combate, da opinião e da resistência, é porque ainda bebem nas fontes dos impressos alternativos e de suas referências.

Há, ainda, outro aspecto sobre a imprensa alternativa do período que merece destaque: o lugar assumido por mulheres. As jornalistas mulheres também estiveram inseridas com um tipo de comunicação feita diretamente por elas e com discursos voltados especificamente para elas. Registra-se que, dentro do cenário da imprensa feminina, feminista e progressista, foi publicado pela Sociedade Brasil Mulher o primeiro jornal dirigido às mulheres e produzido por mulheres, o *Brasil Mulher*, que circulou entre os anos de 1975 e 1980. Seguindo esse exemplo, em junho de 1976 foi lançado na cidade de São Paulo, a primeira edição do jornal *Nós Mulheres*, com financiamento da atriz Ruth Escobar. Organizado e publicado pela Associação de Mulheres até 1978, *Nós Mulheres* se pôs a serviço da organização das pautas femininas, reivindicando direitos, questionando as relações de poder e introduzindo as mulheres no movimento popular contra o regime civil-militar.

No ano de 1980, nasceu o *Mulherio*, também consonante com causas e a organização popular feminista. Em seus oito anos de circulação, discutiu de forma enfática a agenda feminista por meio de textos analíticos e reflexivos. Por se apresentar como apartidário, o veículo conseguiu participar de maneira significativa da campanha para a Assembleia Constituinte, em 1985, ao mesmo tempo em que debateu a atuação dos Conselhos da Condição da Mulher, as conferências internacionais e as mobilizações pelos direitos e pela dignidade das mulheres. O apoio e o registro dado às atividades desenvolvidas no momento da redemocratização do Brasil, como a atuação de várias mulheres em frentes distintas, clamando e lutando por seus direitos como mulheres, trabalhadoras e cidadãs, também foram importantes na trajetória do *Mulherio*. Sua influência para a imprensa feminista é notória até os dias atuais.

2.1 Estadão

Um dos jornais de maior popularidade no Brasil, o *Estadão* não se resume ao contexto ditatorial-militar, ele começou sua trajetória ainda no século XIX, e é o mais antigo dos jornais paulistanos hoje em circulação (*Estadão*, 2012). No ano de 1875, durante o regime imperial no país, um grupo de cafeicultores ligados ao Partido Republicano Paulista (PRP) fundou o jornal *A Província de São Paulo*. O veículo era inovador por seus anúncios publicitários e distribuições comerciais pelas ruas da cidade de São Paulo. Embora a “história oficial” do jornal afirme seu caráter abolicionista desde o começo, a pesquisa de Juremir Machado da Silva (2017) aponta que até o ano de 1884 havia anúncios de leilões de escravizados no periódico. Foi a partir de 1885 que o jornal assumiu a posição em defesa da República e pela abolição da escravidão. À época, a tiragem do jornal era de 4000 exemplares (Sodré, 1999). No período republicano, o jornal passou a se chamar *O Estado de São Paulo*. A partir de 1902, Júlio de Mesquita, antes redator do periódico, se tornou proprietário único do jornal. Advogado, Mesquita foi também deputado estadual por São Paulo na República Velha. “No começo do século XX, a tiragem do Estadão cresce ainda mais, chegando a 35.000 exemplares em 1906” (Mont’alverne, 2013, p. 53). Em 1927, Julio de Mesquita Filho assumiu a direção do jornal por conta da morte de seu pai. À época, defendeu fortemente o setor oligárquico do café: “O ‘sentimento regionalista’ e o receio de mudança das estruturas do país fizeram com que os liberais de OESP atuassem como um dos principais articuladores do movimento de 1932” (Capelato; Prado, 1980, p. 46). Por conta disso, Mesquita Filho foi preso e expatriado para Portugal.

Já em 1933, durante o governo de Getúlio Vargas, o presidente fez um convite a Armando de Salles Oliveira para ser o interventor federal no estado de São Paulo. Salles, que era casado com Raquel Mesquita, irmã de Júlio de Mesquita Filho, negociou a anistia dos revoltosos de 1932, e o dono do Estadão pode retornar ao país. Depois disso, o veículo oscilou entre momentos de apoio ao governo Vargas e forte oposição ao presidente, o que resultou em uma sequência de novas

detenções temporárias durante o Estado Novo, em 1937. Mesquita Filho acabou sendo exilado em 1938 - primeiro, na França, depois, nos Estados Unidos, e, por fim, na Argentina. Durante o exílio, *O Estado de São Paulo* foi dirigido por Francisco Mesquita, irmão de Mesquita Filho (Pontes, 2010, p.87). A censura realizada pelo Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) e expatriação fizeram parte do governo Vargas, principalmente durante o Estado Novo (1937-1945), o que remete e se assemelha às medidas tomadas posteriormente na ditadura civil-militar.

Entre os dias 12 de julho e 8 de novembro de 1968, os irmãos Júlio e Francisco faleceram no momento de maior endurecimento da ditadura civil-militar. O veículo ficou sob censura de 1968 até 1975: “Um ano antes do início da censura, a tiragem do Estadão era de 340.000 exemplares” (Mont’alverne, 2013, p. 54). Em janeiro de 1969, o jornal passou a ser comandado por Júlio de Mesquita Neto, filho e neto dos dois primeiros dirigentes, que aliou a direção do jornal com a atuação em defesa da liberdade de imprensa junto a entidades como a Associação Internacional de Imprensa, da qual foi presidente, e Associação Interamericana de Imprensa. Em 1996, Neto faleceu aos 73 anos, passando o controle do jornal para o irmão Ruy Mesquita, que esteve à frente da empresa até 2009. Entre 2009 e 2012, a presidência do Grupo Estado foi ocupada em transição por Silvio Genesini, que deixou o posto em agosto de 2012, dando vaga a Francisco de Mesquita Neto e à quarta geração de membros da família no comando do grupo. Francisco é acionista e membro do Conselho de Administração, além de ter sido CEO do Grupo Estado durante 15 anos (INTERVOZES – Coletivo Brasil de Comunicação Social, 2017). A partir de então, consolidou-se a força e a influência do jornal. Segundo pesquisa realizada em janeiro de 2023 pelo portal jornalístico *Poder 360*, *O Globo*, *Estadão* e *Super Notícia* são as publicações de maior circulação impressa no Brasil.

Frente ao regime ditatorial, no início de 1964, o jornal *O Estado de São Paulo*, em um primeiro momento, se mostrou favorável ao golpe de Estado, a exemplo da maioria da grande imprensa, como já mencionado. Para o jornal, a atitude dos militares era um levante justificado. Em razão da chamada ordem social de caráter liberalista, as repressões eram vistas como legítimas, e o Estadão não se opôs a isso; concordava com as represálias de movimentos de esquerda,

denominados de terrorismo pelo governo e seus apoiadores, principalmente os de luta armada. No entanto, havia um forte paradoxo nesse apoio. Conforme o golpe foi se estendendo e os Atos Institucionais firmados, o veículo passou a discordar de determinadas atitudes e durabilidade do regime. É o que explica o professor do Departamento de História da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Rodrigo Patto Sá Motta, em seu artigo *Entre a liberdade e a ordem: o jornal O Estado de São Paulo e a ditadura (1969-1973)*:

O Estadão apoiou com entusiasmo o expurgo inicial da ditadura, defendendo uma intervenção dura e rápida, para limpeza do terreno e posterior restauração das instituições liberais. O paradoxo é flagrante, pois defendeu medidas autoritárias com o argumento de que as instituições liberais saíam fortalecidas ao fim do processo. Porém, os dirigentes do jornal achavam a estratégia coerente, pois condenavam medidas ou leis autoritárias duradouras, temendo que a ditadura se eternizasse. Seguindo a visão favorável a uma “limpeza” rápida e profunda, os donos do Estadão não gostaram que o expurgo de 1964 fosse limitado, por isso estrilaram muito devido à hesitação do governo Castelo Branco em atingir certos líderes, como o governador Ademar de Barros, por exemplo. Por outro lado, criticaram também quando a ditadura editou outras medidas autoritárias além do Ato Institucional, fiéis à visão de que a legislação excepcional deveria ser limitada e passageira (Motta, 2017, p. 369).

A relação paradoxal entre o regime e o veículo ficou ainda mais visível com a implementação do Ato Institucional de número 5. Durante esse período, o jornal adotou uma postura moderada, com receio da censura e repreensão. Ao mesmo tempo que discordava do autoritarismo que se estendia no governo, repudiava também as lutas armadas revolucionárias no Cone Sul. O fantasma do comunismo era uma assombração. Entretanto, o Estadão discordava de que a defesa da ordem demandasse represálias ainda mais ofensivas. Suas páginas enfatizavam que a repressão à ameaça revolucionária não demandava novas restrições às instituições liberais. Essa opinião ficou ainda mais visível após as derrotas das ações armadas de esquerda, culminando nas mortes dos líderes Carlos Lamarca e Carlos Marighella (Motta, 2017).

Em 1967, o jornal acusou os militares de censura, ao comentar a morte do ex-presidente Castelo Branco. Mas foi no dia 13 de dezembro de 1968 que a circulação do periódico foi proibida: “Na ocasião, os militares se desagradaram do editorial ‘Instituições em frangalhos’, escrito pelo proprietário, Júlio de Mesquita

Filho.” (Martins, 2022, p. 61). O texto tratava do episódio em que a Câmara dos Deputados negou a licença de cassação do deputado Márcio Moreira Alves, exigida pelo governo como punição pela ocasião em que o parlamentar atacou fortemente o regime ditatorial. Como forma de insatisfação e protesto, para além de demonstrar aos leitores que o conteúdo havia sido censurado, o *Estadão*, a partir dessa ação, começou a utilizar páginas em branco, receitas culinárias, e poemas de Luís de Camões. Contudo, para o frade dominicano, escritor e jornalista, Carlos Alberto Libânio Christo, mais conhecido como Frei Betto:

O Jornal da Tarde e o Estado de São Paulo (do qual 25 anos depois me tornei colaborador) atenuavam sua cumplicidade com a mentira oficial publicando, nos espaços censurados, receitas de bolo ou poemas de Camões. Os acólitos do regime adaptavam-se, substituíam o noticiário cortado, antecipavam-se à tesoura do censor, exercendo, sem escrúpulos, um aprendizado que faria escola no jornalismo brasileiro: a autocensura. A insólita lição ensina que o bom profissional deve alienar-se de suas ideias e convicções para escrever como o patrão escreveria e editar como o Governo editaria. Não é apenas a força de trabalho alugada sob o imperativo da sobrevivência, como a prostituta que se oferece na esquina. É a própria consciência adulterada, associando autoridade e verdade, como o torturador de dentes cariados e salário-mínimo afoga a sua vítima numa banheira em defesa de uma liberdade que ele não usufrui. (Betto, 2000, p. 99)

Na sucessão do governo Médici, entre os anos de 1972 e 1973, com o fim da Guerrilha do Araguaia e a ascensão do milagre econômico¹³, com a qual o jornal não se mostrou empolgado como os outros veículos, o *Estadão* entendia que aquele era o cenário perfeito para o início da redemocratização no país. No entanto, a redemocratização para a equipe do jornal tinha um tom específico, como explica Motta (2007, p. 375): “Certamente havia nuances e diferentes pontos de vista entre os proprietários da empresa e os jornalistas. De qualquer forma, o seu horizonte não ultrapassava o liberalismo e tampouco implicava ruptura com os militares.”

Por seu caráter liberal, houve valorização extrema do ex-presidente Castelo Branco e especulações sobre o sucessor de Médici, Ernesto Geisel, o que pode ser observado em matérias como “Sucessão, chave da normalização”, na qual o jornal

¹³ Esse termo corresponde ao crescimento econômico no país entre os anos de 1968 e 1973, com seu ápice no governo do presidente Médici. O que caracterizou esse período foi aceleração do crescimento do Produto Interno Bruto (PIB), industrialização, e baixa inflação. Por trás dessa aparente melhoria econômica, estava o aumento da concentração de renda, corrupção e exploração de mão de obra.

afirma que a fórmula para a democratização consiste na sucessão presidencial, já que medidas como eleição são inviáveis; além de apontar para a marginalização do Movimento Democrático Brasileiro (MDB) perante a soberania presidencial. Igualmente, no texto “Políticos insistem na democratização”, o veículo critica a reabertura democrática lenta que o presidente Médici faz; e informa sobre os estabelecimentos e incertezas acerca dos votos distritais diante do AI-5 (*O Estado de São Paulo*, 1972). O jornal recebeu no dia 15 de setembro de 1972 uma ordem do Ministério da Justiça para a proibição de publicações de textos sobre abertura política, menções desfavoráveis à situação econômica, e sucessão presidencial. O Estadão foi censurado informalmente.

Após o ocorrido, o diretor e jornalista do veículo, Ruy Mesquita, enviou uma carta revoltosa ao ministro da Justiça. A atitude foi o estopim para a aplicação da censura prévia nesse veículo, a partir da prerrogativa do AI-5, que conferia ao Presidente da República o poder de impô-la caso julgasse necessário para a defesa do regime. Esse exemplo mostra como, entre resistir e manter o jornal vivo, há uma complexidade absurda. Ora os censores se mostravam mais liberais, ora o momento era de maior tensão. Para sobreviver, os veículos sucumbiram às ameaças ou driblaram-na. Assim, *O Estado de São Paulo* teve um censor em sua redação desde a decretação do AI-5 até janeiro de 1975. No entanto, a censura sempre se fez presente, mesmo que de outras formas: entre 1972 e 1975, a grande imprensa, inclusive tal jornal, recebeu os famosos *bilhetinhos* da censura. Além da prática comum e constante da autocensura, ou seja, a própria equipe jornalística (principalmente o editor) cortava partes de seu material ou substituíam por outras informações. Essa prática se perpetuava a fim de evitar um censor na redação ou telefonemas proibitivos.

Com elogios à posse de Geisel e a esperança da redemocratização, que não seria tão simples como o esperado, o Estadão foi recriando laços com o governo vigente à época. Um ano após a sucessão de Médici, em janeiro de 1975, o jornal se livrou da censura prévia.

A partir de 1975, quando a censura deixou o Estadão, apenas os alternativos, *Tribuna da Imprensa* e a *Veja* (até a saída de Mino Carta) continuaram censurados. Os alternativos ou quebraram por

pressões econômicas ou resistiram bravamente, mesmo alterados pelos cortes da tesoura da censura (Kushnir, 2004, p. 123)

O ato foi motivo de grande comemoração nas páginas do jornal, mas também de um aviso: a causa liberal não acabava ali, ou seja, o foco era a redemocratização. Por tudo isso, e olhando de perto essa história, mesmo com todos os percalços enfrentados, não é correto dizer que o veículo não apoiou o golpe e o regime ditatorial que o sucedeu. A legitimidade que o Estadão promoveu acerca do período de exceção serviu de apoio aos militares, na medida em que o veículo não se opôs ao regime em si, mas a algumas medidas dele. Como afirma Motta:

Voltando à questão dos comportamentos diante da ditadura, não se pode dizer que o Estadão resistiu. Ao contrário, ele foi um aderente de primeira hora, um ator “revolucionário” que ajudou a instalar e manter os militares no poder. O fato de em certos momentos ter batalhado para trazer a ditadura mais perto de seus ideais não implica resistência. No máximo, pode-se dizer que em certos momentos o periódico resistiu à censura, porém, isso não significa resistir à ditadura. Além do mais, às vezes a estratégia foi de acomodação com a censura, na tentativa de suavizar os seus efeitos. (Motta, 2017, p. 379)

Além disso, as matérias publicadas, em geral, demonizam movimentos revolucionários de esquerda e seus participantes. É o caso da reportagem cunhada pelo *Estado de São Paulo* no dia 2 de julho de 1970, “*Desiludido e cansado, terrorista entrega-se*” (*O Estado de São Paulo*, 1970), que narra a trajetória de Massafumi Yoshinaga, militante engajado na Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), que se entregou às autoridades do regime, arrependido, depois de membros de sua família terem negociado com os policiais sua rendição. A palavra terrorista está associada com a figura do militante, afinal, degradar o movimento anti-ditadura, mesmo que de forma simbólica, diante da população era o objetivo. Como explica Beatriz Kushnir:

No exercício de uma arqueologia do léxico, o jornalista João Batista de Abreu ponderou acerca do vocabulário que permeou a imprensa brasileira no pós-1964. Unindo uma terminologia policesca às questões da militância política, os guerrilheiros da luta armada tornaram-se “elementos”, como qualquer *meliante* que assalta um banco ou rouba um carro. No decorrer do processo, “subversivo” era toda e qualquer pessoa que se opunha ao golpe. A exemplo da figura de Che Guevara, o militante era também um “guerrilheiro”, mas no sentido negativo do termo, ou seja, não o que luta, mas o que se

opõe. Influenciado pelas ações de guerrilha urbana da Europa, na América e no Oriente Médio, que, para o noticiário da época geravam terror e caos, o militante passou a ser “terrorista”. Nesse sentido, nos cartazes de procurados, lia-se “terroristas políticos”, e a advertência: “Para a sua segurança, coopere, identificando-os. Avise a polícia” (Kushnir, 2004, p. 313).

O jornalista João Batista de Abreu demonstrou em suas pesquisas que o termo “terrorista” foi utilizado pela primeira vez para caracterizar militantes da esquerda pelo jornal *O Globo* em 26 de julho de 1966. Na manchete da primeira página do jornal, está a frase: “Terrorismo não interrompe o programa de Costa e Silva.” (*O Globo*, 1966). O que fomentava também esses estereótipos a respeito dos militantes, para além da grande imprensa, era a forma como a própria justiça se impunha (ou não): baseado nos inquéritos sobre subversão realizados pelo Departamento de Ordem Política e Social de São Paulo (Deops-SP), os militantes já eram considerados, mesmo antes de seu julgamento, como criminosos e culpados.

Com o processo de redemocratização, na campanha pelas Diretas Já¹⁴, de início, o Estadão demonstrou ceticismo quanto à capacidade da democracia em resolver os problemas do Brasil. Some-se a isso a preocupação quanto às possíveis consequências eleitorais ante o favoritismo de Leonel Brizola do Partido Democrático Trabalhista (PDT), último herdeiro da tradição varguista tão rechaçada pela família Mesquita, proprietária do jornal. Com uma herança ditatorial, o Estadão se mostrou favorável à anistia, a fazer com que os algozes (militares) não pagassem pelos crimes cometidos:

O jornal vê a transição não apenas sob o aspecto político, mas principalmente econômico. Embora tenha sido censurado pela Ditadura, o Estadão defende a incolumidade dos militares, o “não revanchismo” contra as Forças Armadas, que seriam o esteio moral garantidor da ordem no processo de transição. Incrível é o malabarismo argumentativo para isentar os militares de qualquer responsabilidade na crise econômica dos anos 1980 (Guilherme, 2018, p. 215, 216)

Ao isentar os militares de seus crimes e responsabilidades, o veículo acaba por deteriorar a memória daqueles que lutaram contra o regime de exceção à

¹⁴ “A ‘campanha pelas diretas já’ constituiu-se em um movimento suprapartidário, que reuniu os principais partidos de oposição ao regime militar em torno da bandeira de retorno das eleições diretas para presidência da república. Dentre os partidos oficiais que participaram da campanha destacaram-se: o PT, o PMDB e o PDT, que formaram o ‘Comitê Nacional Partidário Pró Diretas’. O PCB e o PC do B também contribuíram para difusão do movimento” (Delgado, 2007, p. 3).

época. Além disso, há a relativização acerca do que foi a ditadura civil-militar: um estilo de governança alçado no totalitarismo, carregado de mortes, torturas, privação de liberdade, dentre tantos outros crimes. Ao perceber que a campanha pelas Diretas Já era sucesso de público e contava com apoio de 85% da população, o jornal aderiu, mas não sem antes criticar a liderança de Luiz Inácio Lula da Silva e do Partido dos Trabalhadores (PT) no comício da praça da Sé em São Paulo. Embora tenha sido censurado pelo regime ditatorial, o jornal defende a integridade dos militares, o “não revanchismo” contra as Forças Armadas. O Estadão vê a transição não apenas sob o aspecto político, mas principalmente econômico. Como explica Cássio Augusto Samogin Almeida Guilherme em seu artigo *A imprensa como partido ideológico: o caso do jornal O Estado de S.Paulo*:

Abusando da linguagem beligerante, o jornal postou-se contra diversos direitos trabalhistas como a diminuição da jornada de trabalho, a ampliação da licença-maternidade, a licença paternidade e o aumento do valor da hora extra, vistos como catastróficos para a produção, pois desestimulariam o Capital e gerariam desemprego. Sob o mantra da “meritocracia”, o OESP se esforça para estimular a competição entre os trabalhadores e convencer os sindicalistas de que a “livre negociação” entre patrão e empregado é boa para o trabalhador (Guilherme, 2018, p. 216).

Para além dos aspectos citados, *O Estado de São Paulo* se mostrou desfavorável às greves implementadas naquele momento pelas organizações de trabalhadores cunhadas em ideologias de esquerda. Além disso, o veículo defendia que as greves deveriam ater-se às questões salariais e não aos sindicatos e trabalhadores. Naquele contexto, toda a grande imprensa mostrou-se contrária a candidatura de Lula (PT) em 1989 e em explícito apoio a Fernando Collor do Partido Republicano Nacionalista (PRN). Com a eleição deste, o jornal se mostrou favorável em grande medida com as ações presidenciais, criticando algumas vezes o confisco salarial¹⁵. Até mesmo no momento de crise política que resultaria no impeachment do presidente, o jornal se mostrou cauteloso, enfatizando a necessidade de

¹⁵ O confisco salarial aconteceu quando o então presidente, Fernando Collor de Mello, decretou no dia 16 de março de 1990, o congelamento de todas as contas bancárias do país. Com isso, o governo esperava acabar com a hiperinflação e estabilizar a economia. Cerca de 80% do dinheiro aplicado, não só em cadernetas de poupança e em contas correntes, mas também, em aplicações financeiras ficou retido no Banco Central por 18 meses. Estima-se que o governo tenha confiscado cerca de R\$ 480.120.000.000,00, o equivalente a 30% do Produto Interno Bruto (PIB).

manutenção da ordem jurídica. Foi somente quando as denúncias de corrupção se expandiram e a população saiu às ruas em protesto com os Caras-pintadas¹⁶ é que o jornal aderiu ao impeachment de Collor.

Em abril de 1993, um novo plebiscito deu novamente à população a opção entre presidencialismo e parlamentarismo. De acordo com a pesquisa de Francisco Fonseca, o *Estadão* se opôs ao governo de Itamar Franco por sua suposta aversão à implantação de uma agenda neoliberal. Segundo Guilherme:

Como fez em todas as eleições presidenciais pré-golpe de 1964, o *Estadão* não deixou de se posicionar política, partidária e ideologicamente nas sucessões presidenciais da chamada 'nova república', sempre a favor da opção neoliberal representada pelo Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) e contra a opção à esquerda representada pelo PT (Guilherme, 2018, p. 218).

No período de governança de Fernando Henrique Cardoso (PSDB), o jornal manteve a pressão a favor de ações neoliberais. A título de exemplificação está a postura do veículo no ano de 1997, quando este cobrava o governo para a agilidade das privatizações das telecomunicações, do setor elétrico e da Vale do Rio Doce, atualmente Vale S/A.

Os problemas político-eleitorais do jornal deram início quando o eleitor brasileiro decidiu dar um novo rumo político e econômico ao país nas eleições de 2002. “Ante a possibilidade de vitória do candidato Lula da Silva (PT), o OESP escrevia em tom de alento e esperança: ‘a nossa convicção de que um segundo turno, com a eventual vitória de José Serra, seria uma alternativa muito mais tranquilizadora’” (Guilherme, 2018, p. 2019).

Na eleição seguinte, em 2006, o *Estadão* demonstrou, novamente, seu apego ao neoliberalismo do PSDB, apoiando o então candidato Geraldo Alckmin e repudiando, mais uma vez, Lula. Na capa da edição do dia 30 de setembro de 2006, a manchete intitulada “PT tenta vetar fotos do dinheiro e quer impugnação de Alckmin” aborda sobre as pilhas de dinheiro que seria usado por pessoas ligadas ao

¹⁶ O movimento dos “caras-pintadas” surgiu em agosto de 1992 quando, frente as denúncias de corrupção do governo Collor, milhares de jovens tomaram as ruas das capitais vestindo roupas pretas, e com o rosto pintado da mesma cor, conclamando um impeachment. Alguns meses depois, a imprensa apelidou o movimento como o dos “caras-pintadas”, em referência a uma insurreição militar.

PT para comprar um dossiê que incriminaria os candidatos à presidência e ao governo de São Paulo pelo PSDB, respectivamente Geraldo Alckmin e José Serra.

Em 2010 nas eleições entre Dilma Rousseff (PT) e José Serra (PSDB), o jornal assume, em editorial, o apoio ao candidato José Serra. Com a vitória de Dilma, o veículo passou a lidar com um governo ao qual se opôs abertamente, seguindo essa postura, inclusive, nas eleições de 2014 quando Dilma foi reeleita, derrotando nas urnas o candidato Aécio Neves (PSDB).

Foi no governo Dilma que aconteceu o processo de abertura de uma comissão da verdade no Brasil, criada em 2011 pela Lei 12.528; tendo sua ampliação após a implementação da Lei de Acesso à Informação¹⁷. Segundo a pesquisadora Priscilla Hayner:

(...) a intenção das comissões da verdade é parte do que as define: de abordar o passado, a fim de mudar as políticas, práticas e até mesmo relacionamentos no futuro, e para fazê-la de uma forma que respeite e honre aqueles que foram afetados pelos abusos. Isso pode ser capturado na seguinte definição ligeiramente revisada: A comissão de verdade (1) está focada no passado dos eventos, em vez dos em curso, (2) investiga um padrão de acontecimentos que tiveram lugar durante um período de tempo, (3) se envolve diretamente e amplamente com a população afetada, coletando informações sobre as suas experiências; (4) é um órgão temporário, com o objetivo de elaborar um relatório final, e (5) é oficialmente autorizada ou habilitada pelo Estado sob revisão (Hayner, 2011: 11-12, tradução nossa).

Na pesquisa realizada por Fernanda Nalon Sanglard e Marise Baesso Tristão, que resulta no artigo *Relatos da ditadura: memórias divulgadas pela imprensa brasileira a partir dos trabalhos da Comissão Nacional da Verdade*, é elencada e analisada a divulgação de notícias depois de um ano de atividades da Comissão Nacional da Verdade em veículos de grande circulação no Brasil. Entre os dias 21 e 22 de maio de 2013, houve um clipping das matérias divulgadas na imprensa: “O *Estado de São Paulo* (com oito matérias) foram os que mais publicaram notícias envolvendo a CNV no período mencionado” (Sanglard, Tristão, 2014, p. 61).

¹⁷ “A Lei nº 12.527, sancionada em 18 de novembro de 2011, regulamenta o direito constitucional de acesso dos cidadãos às informações públicas e é aplicável aos três poderes da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios” (GOV Brasil, 2020).

No primeiro ano de cobertura sobre a CNV, pode-se observar que o jornalismo com tom de indignação e investigativo não foi priorizado, dando espaço para pautas factuais. Sanglard e Tristão pontuam:

Nesse período, nenhuma matéria investigativa foi publicada e os dados e balanços que integram as reportagens foram disponibilizados pela CNV ou por comissões locais. Isso revela que as comissões da verdade são provocadoras do debate público e as grandes responsáveis por retornar com a temática da ditadura. Caso contrário, o envolvimento da sociedade com o assunto pela mediação do jornalismo ficaria restrito às raras reportagens especiais que vez ou outra ganham destaque nos noticiários (Sanglard, Tristão, 2014, p. 63).

Diante da abertura da CNV e de tantas outras medidas, em 2015 as manifestações nas ruas pelos setores da direita ultraconservadora contra a presidenta Dilma tomaram conta do cenário político e midiático do país, culminando em um golpe¹⁸ em 2016. Sobre esse cenário revanchista e a colaboração da mídia para o desenrolar dos fatos, a professora e jornalista Hebe Maria Gonçalves de Oliveira explana em seu artigo *Retrato das manifestações de rua no processo de impeachment da presidenta Dilma Rousseff: a construção da opinião pública pela mídia privada brasileira*:

Na edição seguinte ao 15 de março, *O Estado de S.Paulo* estampou a manchete: “Protesto contra Dilma é maior manifestação desde ‘Diretas -Já’”, com foto ocupando quatro colunas em quase página inteira de formato standard. No interior do jornal, oito páginas de coberturas do evento, sem contar os artigos dos articulistas, com as seguintes matérias abre páginas: “Manifestações contra Dilma levam multidões ao país” e “Polícias Militares contam quase 2 milhões em atos” (p.A4); “Dia de protestos”, infográfico de meia página sobre números de manifestantes em todo País (p.A5); “Corrupção e ‘Fora PT’ unificam protestos” e “PM prende rojões e posa para selfies” (p.A6); “Discursos contra Dilma tinham tons diversos” (p.A7); “Todas as capitais do Nordeste têm atos” e “Por meio de redes sociais, Aécio e Marina defendem atos” (p.A8); “Governo se defende sob novo painel” (p.A9), e

¹⁸ Utilizo neste trabalho a terminologia “golpe” entendendo que não houve um crime de responsabilidade para que a presidente à época, Dilma, fosse impeachmada, baseando nos estudos de Luis Felipe Miguel, em que o autor argumenta que o golpe ou “o impedimento da presidente [...] sem crime de responsabilidade claramente identificado” foi uma “afrenta aberta às regras estabelecidas [e] marcou a ruptura do entendimento de que o voto é o único meio legítimo de alcançar o poder” (Miguel, 2016, p. 32). Seguindo esse pensamento, o filósofo e sociólogo Michael Löwy (2016), em capítulo publicado na mesma obra, explicou que era necessário “dar nome aos bois” e identificar o impeachment como um golpe de Estado “pseudolegal, ‘constitucional’, ‘institucional’, parlamentar ou o que se preferir, mas golpe de Estado” (Löwy, 2016, p. 64).

páginas A10 e A11 com fotos diversas sobre a manifestação (Oliveira, 2016, p. 87).

No dia de 31 de agosto de 2016, quando o golpe contra a presidente foi consumado no Senado Federal, o jornal escreveu que o impedimento de Dilma representava o fim de uma era que durou 13 anos e que deixou o país paralisado em termos de consciência política. Para o Estadão, o processo de impeachment representava uma espécie de libertação do país. Em matéria publicada no dia do golpe, o veículo tratou mais de Lula e do PT do que propriamente de Dilma:

Nunca antes na história deste país um charlatão foi tão longe. Quando tinha influência real e podia liderar a tão desejada mudança de paradigma na política e na administração pública, preferiu os truques populistas. Enquanto isso, seus comparsas tentavam reduzir o Congresso a um mero puxadinho do gabinete presidencial, por meio da cooptação de parlamentares, convidados a participar do assalto aos cofres de estatais. A intenção era óbvia: deixar o caminho livre para a perpetuação do PT no poder. Quando o ex-retirante nordestino chegou ao poder, criou-se uma atmosfera de otimismo no País. Lá estava um autêntico representante da classe trabalhadora, um político capaz de falar e entender a linguagem popular e, portanto, de interpretar as verdadeiras aspirações da gente simples. Lula alimentava a fábula de que era a encarnação do próprio povo, e sua vontade seria a vontade das massas (*O Estado de São Paulo*, 31/08/2016).

Com a implementação do golpe, a presidência do Brasil ficou nas mãos do então vice-presidente à época Michel Temer do Movimento Democrático Brasileiro (MDB). O neoliberalismo proposto por Temer na Carta Aberta à Nação permitiu uma cobertura favorável do Estadão. O cenário só se modificou durante a cobertura das eleições de 2018. Na extrema divisão social entre o petismo e o bolsonarismo, o veículo publicou seu posicionamento. No editorial do dia 8 de outubro de 2018, em artigo intitulado “Uma escolha muito difícil”, o periódico repudia o candidato do PT Fernando Haddad a Jair Bolsonaro (eleito pelo Partido Social Liberal - PSL, atualmente filiado ao Partido Liberal - PL).

Bolsonaro foi eleito com 55,13% dos votos. O Estadão deixou de apoiar o governo ainda nos primeiros meses após constantes investidas autoritárias de Jair. Com uma cobertura crítica, *O Estado de São Paulo* sofreu ataques diários do presidente da república, assim como outros veículos de comunicação. Com o planejamento das manifestações pró-bolsonaristas para o dia 7 de setembro de

2021, o jornal publicou o editorial “A convocação do golpe” no dia 24 de agosto do mesmo ano. No texto, o veículo exige o impeachment do presidente em razão das manifestações antidemocráticas deste e de seus apoiadores.

Sem apoiar o autoritarismo de Jair Bolsonaro e nem a candidatura de Lula à presidência da república, *O Estado de São Paulo* chegou às eleições de 2022 apostando no que foi denominado como terceira via (o centro). No editorial “O medo é o pior dos conselheiros” publicado no dia 1º de novembro de 2021, o periódico clamou para a construção de uma terceira via que não estivesse relacionada a nenhum dos dois candidatos no páreo. Essa alternativa não obteve sucesso, colocando o veículo em uma verdadeira encruzilhada com a vitória de Lula no dia 30 de outubro de 2022.

A cartografia da memória, como feita aqui, desenha nos jornais, em específico no *Estadão*, contradições, desvios, revisionismos, idealizações e projeções de futuro. As datas escolhidas são lidas como importantes o entendimento acerca do veículo, colocando em ordem processos de alçada temporal e narrativas sobre os acontecimentos. *O Estado de São Paulo*, como outros jornais liberais teve um papel fundamental no processo de abertura democrática, chancelando uma memória hegemônica progressista (não necessariamente alinhada com o que se defendia durante o regime militar) e, ao mesmo tempo, lançando as sementes para sua futura revisão liberal conservadora. Esse fato ficou em aberto na medida em que nunca houve uma autocrítica profunda de sua participação no golpe de 1964, fazendo com que os atores da imprensa não desenterrassem sua perspectiva elitista, cúmplice de soluções autoritárias e golpes institucionais para desestabilizar governos populares.

Além disso, quando se considera esses posicionamentos recentes, em especial durante e após os governos de Lula e Dilma, percebe-se como o veículo, como outros, abalou a força social da memória do campo progressista sobre o regime militar, abrindo caminho, inclusive, para a recuperação e aclamação de discursos de torturadores e assassinos pela extrema direita. “Os conflitos gerados pela oposição liberal encastelada na imprensa ao petismo no poder, acabaram por estimular, direta ou indiretamente, o revisionismo histórico conservador em torno de

1964” (Napolitano, 2017, p. 365). Tem-se, assim, um cenário de contradições, sutilezas e complexidades de um jornalismo liberal que, no fundo, não sabe exatamente como situar a ditadura civil-militar brasileira nas suas narrativas sobre a história do país.

3. (IN)VISIBILIDADES DAS GUERRILHEIRAS NO ESTADÃO

Ao buscar no acervo do jornal O Estado de São Paulo o termo “guerrilheiras do Araguaia”, optando pela edição Brasil no caderno geral, alguns resultados chamam atenção. Interessante observar que entre os anos de 1966 e 1968 não há nenhuma notícia que traga os termos “Araguaia” e “guerrilheiras”, mesmo com o surgimento da guerrilha tendo ocorrido em 1966. O ano de 1969 é o primeiro em que há citação da palavra “Araguaia” na página 5 da edição do dia 30 de setembro. A nota, contudo, não fala sobre a Guerrilha, mas sobre uma possível ligação fluvial das bacias da Prata e do Amazonas. 1970 e 1971 seguem sem a ocorrência dos dois termos. O ano de 1972 traz três edições que citam os termos, não necessariamente juntos, e que não fazem referência alguma às mulheres na Guerrilha. Na página 5 da edição de 24 de fevereiro, há uma citação da palavra Araguaia, mais uma vez, sem correlação com a Guerrilha. Trata-se de um texto intitulado “Minério – Fonte de Divisas.” Na página 10 da edição de 7 de outubro, há um texto sobre o julgamento de um grupo, composto apenas por homens, do PCB. A palavra “guerrilheiras” vem como um adjetivo no texto, depois do termo “lutas”. As guerrilheiras parecem não existir para o Estadão nesse período. Na página 17 da edição de 7 de dezembro, a notícia que tem como título “Cai ação terrorista na América Latina” não cita a participação feminina em nenhum momento. A palavra “guerrilheiras” vem, outra vez, como adjetivo para o substantivo “atividades”. Os cinco anos subsequentes não apresentam ocorrências da utilização dos dois termos.

Durante todo o período da Guerrilha, não houve nenhuma citação dos nomes das guerrilheiras em todo o acervo do jornal. A página 20 da edição de 14 de setembro de 1978, ou seja, quatro anos após o fim da Guerrilha, finalmente traz a figura feminina na Guerrilha do Araguaia. Intitulada de *Araguaia: efetivo chegou a 6 mil*¹⁹, a notícia em questão inicia-se explicando como foi a entrada do Exército na região e as dificuldades enfrentadas tanto pelos militares quanto pelos combatentes.

¹⁹ A intenção era reproduzir aqui as páginas analisadas. Contudo, a ideia foi impossibilitada depois que foi atribuída uma taxa monetária para o acesso ao arquivo.

O quarto parágrafo apresenta, pela primeira vez, a palavra “guerrilheira” (no plural) como um substantivo:

Ao receber nova remessa de material em Marabá, um dos guerrilheiros teria sido denunciado pelo proprietário do hotel e a partir daí as autoridades conseguiram descobrir o movimento. Essa é uma das versões. A outra é de que uma das *guerrilheiras* foi presa em São Paulo, durante uma operação anti-terrorista. Mas, diz-se também que um peão que trabalhava para um dono de seringais e fazendeiro em Marabá foi quem denunciou ao seu patrão – e este às autoridades – a estranha ação da selva (*O Estado de São Paulo*, 1978, p. 20, grifo nosso).

O texto traz três possibilidades de como a Guerrilha teria sido descoberta. Em nenhuma delas, há a citação de nomes dos possíveis envolvidos. No entanto, o número de palavras e detalhes dedicados à possível prisão de uma das guerrilheiras são menores se comparados às outras versões do acontecimento. É interessante observar também como o jornal define a Guerrilha como um ato de terrorismo.

A figura feminina que tenha, ao menos, alguma identificação, aparece, finalmente, no sexto parágrafo da matéria:

A figura mais popular era “Dina” que alfabetizava adultos em São Geraldo do Araguaia, vila então com menos de mil habitantes (hoje tem quase três mil) no município de Conceição do Araguaia, no Sul do Pará. Sua popularidade, no entanto, devia-se às suas atitudes enérgicas, seu comportamento determinado e por tratar a todos, homens e mulheres, como iguais. “Era uma mulher mais valente do que muito homem”, comentou um morador da vila um pouco depois de Dina ter sido morta pelo Exército, quando atravessava o rio Araguaia, numa lancha, em fins de 1972 (*O Estado de São Paulo*, 1978, p. 20).

“Dina” a quem o veículo se refere trata-se de Dinalva Oliveira Teixeira, vice comandante do Destacamento C da Guerrilha, única mulher a possuir esse cargo. O Estadão não traz seu nome completo, sua idade, nem tampouco seu rosto. Dentre tantas atividades que a militante exercia (parteira, geóloga, vice-comandante), apenas a de professora é levada em conta. Isso parece estar ligado a um ideal profissional supostamente adequado para uma mulher. A popularidade de Dina se condiciona no fato de ela ter sido uma pessoa “enérgica” e “determinada”, atributos comumente associados a homens. É o que explica o pesquisador Andrei Martin San Pablo Kotchergenko:

A definição de guerrilheiro ideal, chamada de “verdadeiro” guerrilheiro, foi constituída a partir de características que faziam parte de um modelo constitutivo apresentado em manuais, cartilhas e outros tipos de documentações produzidos por grupos de esquerda armada. As características necessárias para o perfeito desempenho do guerrilheiro e da guerrilheira privilegiavam a coragem, a valentia, o espírito de sacrifício, a dignidade e a honra, qualidades vistas em nossas sociedades como masculinas (Kotchergerenko, 2011, p. 288).

Uma das características de Dinalva era tratar a todos como iguais. Esse fato pode ser explicado, talvez, pelo enrijecimento que movimentos armados à época exigiam de seus combatentes; pelo movimento democrático ser cultuado pela esquerda como igualitário (mesmo não abraçando, muitas vezes, as questões de gênero); ou por uma atitude feminista. Mais notável é a última indicação. “Era uma mulher mais valente do que muito homem” é a frase que caracteriza a guerrilheira, pronunciada, por ninguém mais, ninguém menos, que um homem. Uma mulher consegue provar sua assertividade e força quando carrega atributos socialmente masculinos e seu elogio se vale de uma comparação à figura do homem, criada por uma perspectiva masculina e machista.

A escritora e artista visual Jota Mombaça aborda o tema em sua obra *Rumo a uma redistribuição desobediente de gênero e anticolonial da violência*: “A masculinidade tóxica como projeto de poder deve ser abordada em qualquer discussão sobre a distribuição social da violência. A violência cismasculina é uma arma transversal de normalização de gênero e controle social.” (Mombaça, 2021, p. 69). Nesses termos, na Guerrilha, houve a descaracterização desse feminino em lugar da ordem e força. Como aponta a mestre em História, Lilian Back, em sua obra *Gênero, sacrifício e moral nos grupos de esquerda armada (Brasil e Argentina dos anos 1960 aos 1980)*, “os companheiros considerados mais heróicos são sempre comparados a grandes ícones como Che Guevara e Tupac Amaru, por exemplo.” (Back, 2011, p. 381). As corporalidades femininas, por sua, foram e são lidas como frágeis e passivas.

O desfecho da morte de Dina é narrado de forma curta e superficial. O algoz de sua execução (o Exército) aparece ao final da frase, constituída com a voz passiva: “[...] comentou um morador da vila um pouco depois de Dina ter sido morta pelo Exército, quando atravessava o rio Araguaia, numa lancha, em fins de 1972.” A

escolha lexical e a construção da sentença evidenciam a vítima, que aparece já no começo da frase. O tom da matéria seria diferente se a frase construída fosse: “[...] comentou um morador da vila um pouco depois de o Exército ter matado Dina, quando atravessava o rio Araguaia, numa lancha, em fins de 1972.”

É interessante analisar como o jornal se comporta frente à morte de um guerrilheiro no mesmo texto: “Conta-se que Oswaldo Orlando da Costa – o ‘Oswaldão’, comandante da guerrilha – foi morto de emboscada em um milharal próximo a Caianos por um pistoleiro de São Geraldo. O corpo de ‘Oswaldão’, amarrado a uma corda, foi transportado de helicóptero até o acampamento central do Exército, em Xambioá.” Diferentemente de Dinalva, seu nome completo aparece no jornal, assim como seu cargo na Guerrilha. Mas, assim como Dina, a opção por uma estrutura frasal que esvazia a ação dos militares é feita – afinal, de novo, ele “foi morto”. A matéria segue falando das ofensivas dos militares e guerrilheiros. E finaliza evidenciando a opinião do Estadão sobre a Guerrilha do Araguaia: “uma subversão permanentemente latente.” A visão do Estadão sobre a Guerrilha, como aqui evidenciado, já permeava a construção do texto, antes mesmo dessa sentença final.

3.1. Araguaia no feminino, a cobertura das “guerrilheira(s)”

Ao continuar a busca pelo termo “guerrilheiras” e também “guerrilheira”, seis materiais foram encontrados. O primeiro datado de 12 de dezembro de 2004, intitulado *A sofrida espera da confraria dos parentes de desaparecidos*, fala sobre a agonia e esperança de parentes das vítimas desaparecidas durante o regime ditatorial. O texto dá destaque à guerrilheira Crimeia Alice Schmidt de Almeida, usando sua imagem para ilustrar o texto e muitas de suas falas. No entanto, o subtítulo que a caracteriza, mais uma vez, aponta para o casamento: “viúva do guerrilheiro André Grabois.” Como discorre Virginia Woolf em sua obra *Três guinéus*, o casamento é lido como uma profissão para as mulheres. Ademais, o nome completo de Crimeia não é citado (por isso essa matéria não foi encontrada posteriormente, quando busquei pelo seu nome).

A segunda ocorrência é datada de 31 de março de 2005: *X2, um esqueleto no armário da Justiça, incomoda os amigos do presidente*. A matéria discorre sobre uma ossada não identificada, apelidada de X-2, guardada em uma caixa de papelão no Ministério da Justiça, em Brasília. A palavra “guerrilheira” é mencionada ao falar de Luzia Reis Ribeiro (no texto apresentada apenas como Luzia Reis) e sua indignação diante da falta de identificação das ossadas. Não há mais detalhes sobre a vida e trajetória da militante; apenas seu nome e data de sua prisão a caracterizam.

Entre guerrilheiros e ‘apoios’, rede movimentou 256 pessoas é uma reportagem de 21 de junho de 2009 que resgata as memórias da Guerrilha. Em um primeiro momento, o texto fala sobre as diferenças entre a “história conhecida” e o “arquivo Curió.” Sebastião Curió Rodrigues de Moura, o major Curió, deu declarações sobre possíveis desfechos das guerrilheiras: alegou que Dinaelza Santana Coqueiro (citada apenas como Dinaelza) estava entre os 41 presos executados pelo Exército, que Dinalva Oliveira Teixeira (mencionada por seu codinome Dina) foi presa em 24 de junho de 1974 e que Maria Célia Corrêa (citada como Rosinha, seu codinome) foi executada em um terreno às margens da rodovia PA-70. O texto segue falando da atuação dos guerrilheiros e menciona Dina e Tuca, Luisa Augusta Garlippe, ao discorrer sobre sua atuação com os moradores locais durante o conflito. A reportagem é ilustrada por duas imagens: uma montagem dos guerrilheiros (sem identificação de nenhum deles) e uma outra do major Curió abrindo seus arquivos. O que chama a atenção é a alegação de que os militares fizeram um acordo de silêncio de 30 anos, então só em 2005 os arquivos puderam ser abertos. Enquanto isso, vítimas e familiares seguiam desamparados em face de um acordo militar. O fim do texto consta com “A lista inédita”, uma série de menção de nomes de guerrilheiros e apoiadores e sua data de óbito oferecidos por Curió.

A quarta matéria que se vale do termo “guerrilheiras” é publicada no dia 8 de outubro de 2015 intitulada *Guerrilha do Araguaia debanda para o palco*. Trata do espetáculo em sua pré-estreia *Guerrilheiras ou Para a Terra Não Há Desaparecidos* com direção de Gabriela Carneiro da Cunha. Apesar de tratar da história da Guerrilha e das guerrilheiras, o texto cita apenas uma ativista, Maria Lúcia Petit da

Silva (no entanto, não cita seu nome completo), e o fato de ela ter sido a única cujo corpo foi identificado até aquele momento. *Uma terra fértil sob o cuidado das mulheres* datado de 15 de janeiro de 2016 é mais uma matéria que trata da peça estreante *Guerrilheiras ou Para a Terra Não Há Desaparecidos* e sua programação. Os detalhes da obra são esmiuçados, mas nenhum nome de guerrilheira é, ao menos, citado. O último texto que faz alusão ao termo “guerrilheiras” é de 29 de janeiro de 2016, *Violência e morte desenham a rota de 12 mulheres* fala, outra vez, da peça teatral *Guerrilheiras ou Para a Terra Não Há Desaparecidos* e sua montagem e explica que o espetáculo reverencia 12 mulheres que lutaram na Guerrilha e que lá foram assassinadas. No entanto, o texto não menciona o nome de nenhuma dessas 12 mulheres, elas são uma incógnita, apesar de a obra ser sobre elas.

3.2 Guerrilheiras têm identidade, a cobertura com nome e codinome

Outras buscas foram feitas, para além dos termos “Araguaia” e “guerrilheiras”, usando os nomes completos e codinomes das guerrilheiras envolvidas na Guerrilha (ver apêndice). A filtragem também foi ampliada para os cadernos de Política, do início da Guerrilha, em 1966 até o ano de 2023.

Áurea Eliza Pereira aparece em quatro matérias. A primeira, de 1995, intitulada *Governo conclui lista oficial de desaparecidos*, discorre sobre as indenizações e certificado de óbitos de desaparecidos durante a ditadura civil-militar. Seu nome é apenas citado junto de tantos outros nomes em uma lista de desaparecidos que o governo reconhece como mortos.

A segunda matéria é de 21 de março de 2008 sob o título de *Processo do Exército derruba versão oficial sobre guerrilha*. Nela, são apresentados documentos que mostram que guerrilheiros dados como “desaparecidos” no Araguaia foram presos ainda com vida e levados para bases da polícia militar. O nome de Áurea é citado dentre esses ativistas. No entanto, ele aparece com o sobrenome “Valadão” de seu marido Arildo. Uma fotografia dos dois acompanhados de mais um grupo de

peças também compõe a matéria com a seguinte legenda: “Guerrilheiros - Arildo e Áurea Valadão (dir.), mortos no Araguaia” (Nossa, 2008, p. 4). A guerrilheira não é identificada na fotografia.

Áurea é citada, pela terceira vez, em entrevista ‘*Não se corta erva daninha pelo caule*’ de 22 de junho de 2009 com Sebastião Curió Rodrigues de Moura, o major Curió, primeiramente na pergunta: “Uma guerrilheira como a Áurea, por exemplo, uma simples estudante de 24 anos, e ainda por cima presa, oferecia risco?” (Nossa, 2009, p. 6). O sobrenome de Áurea não é, nem ao menos, citado na entrevista. O major responde da seguinte forma: “A mulher pelo seu valor hoje ocupa funções delicadas que requerem alta competência como pilotar um jato, comandar as tropas, presidir tribunais de júri, e ela armada se equipara a um grande guerreiro, haja vista que hoje as Forças Armadas têm exímios combatentes do sexo feminino. Áurea era um exímio combatente.” Áurea se equipara com um homem ao ter em sua posse uma arma. A virilidade associada a conflitos bélicos, juntamente com o machismo e a heteronormatividade cria esse imaginário dando vazão à fala do militar. A entrevista segue com a afirmação do jornal: “Na base de Xambioá, onde ficou detida, Áurea não era mais uma combatente. Era uma prisioneira do Estado.” Ao que Curió responde: “Não há dados concretos de fria execução na guerrilha.” Como uma tentativa de confronto, o diálogo continua se encaminhando para o fim: “Os papéis do arquivo do senhor podem levar à conclusão de que houve execução.” A frase que fecha a entrevista é a última resposta do major: “Eu disse que não houve fria execução. Num arrozal, quando se capina não se corta a erva daninha só pelo caule. É preciso arrancá-la pela raiz, para que não brote novamente.” A vida de militância de Áurea, nesse ponto, foi tratada como uma metáfora para o ex-militar, ou seja, sua morte foi necessária para que não surgissem mais mulheres como ela.

Como afirma a professora de Letras e Literatura Comparada na Columbia University, Saidiya Hartman em seu artigo sobre duas mulheres em um navio negreiro dos Estados Unidos no período colonial *Vênus em dois atos*:

Há centenas de milhares de outras garotas que compartilham as suas circunstâncias, e essas circunstâncias geraram poucas histórias. E as histórias que existem não são sobre elas, mas sobre a violência, o excesso, a falsidade e a razão que se apoderaram de

suas vidas, transformaram-nas em mercadorias e cadáveres e identificaram-nas com nomes lançados como insultos e piadas grosseiras (Hartman, 2020, p. 15).

O que também chama a atenção nessa entrevista é a perpetuação da “voz dos vencedores” (Benjamin, 2020) pelo *Estadão*. Na verdade, na maior parte dos textos, são os algozes que concedem as entrevistas, que dão a “versão oficial dos fatos”, que descrevem os acontecimentos passados. Se, por um lado, Walter Benjamin reconhece a necessidade de preservação e transmissão de saberes e, sobretudo, de experiências em sua obra de 1940 *Teses sobre o conceito da história*; por outro, ele se mostra cuidadoso com a “monumentalização” da história, pelo fato de justamente exaltar e legitimar o discurso dos vencedores, invisibilizando a história dos vencidos, nesse caso, a das guerrilheiras. Benjamin é enfático ao afirmar: “nunca houve um monumento da cultura que não fosse simultaneamente um monumento da barbárie” (Benjamin, 2020, p. 2).

Áurea é mencionada, por fim, em matéria intitulada *Um mergulho no último suspiro da guerrilha* do dia 10 de junho de 2012. O texto que fala sobre o lançamento do livro de autoria do repórter do jornal, Leonencio Nossa, *Mata! O major Curió e as guerrilhas no Araguaia*. O texto apenas cita seu nome, assim como o de outros guerrilheiros, nem seu sobrenome é mencionado. Mais uma vez, as memórias da Guerrilha são as ofertadas pelo major; sua imagem está estampada nas páginas do jornal junto com suas alegações.

Crimeia Alice Schmidt de Almeida tem seu nome citado no jornal em três matérias. A primeira, datada de 22 de novembro de 2006, sob o título *Generais da reserva defendem Ustra*, trata do processo movido por ela e sua família contra o coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra, que posteriormente seria o primeiro militar brasileiro condenado por sequestro e tortura. O texto traz declarações de Ustra em um almoço em sua homenagem com 420 pessoas. O coronel se declara inocente e julga os ex-militantes de assassinos. O nome de Crimeia aparece quando a matéria aborda o processo movido em 2005, sem mais informações. Mais uma vez, assim como em 1972, a ex-guerrilheira é violentada, seja pelas infames declarações de um coronel, endossadas com homenagens, seja pelas palavras (ou falta delas) em um veículo de grande circulação: “A violação não é privada nem pública, e é ambas

as coisas em simultâneo: com a sua ajuda traça-se e controla-se a fronteira entre ambos os campos” (Du Toit, 2007, p. 25).

A segunda matéria em que o nome de Crimeia aparece, no dia primeiro de setembro de 2009, *Os fantasmas do armário de Tata*, fala sobre a peça teatral *Trago Comigo* com direção de Tata Amaral. A obra conta com o depoimento de Crimeia. No entanto, a matéria não expande a história da guerrilheira e nem tampouco suas vivências.

A matéria *Governo libera arquivos para caça a torturadores*, publicada em 23 de julho de 2011, fala sobre o benefício liberado pelo Ministério da Justiça a 12 pesquisadores, todos ex-ativistas ou parentes das vítimas do regime. Crimeia é uma dessas pesquisadoras, seu nome é assim citado. Ela é referenciada, ademais, como a “viúva de André Grabois, desaparecido na Guerrilha do Araguaia” (Tosta, 2011, p. 10).

Dinaelza Santana Coqueiro, executada pelos militares, tem seu nome citado em duas matérias do Estadão. A primeira datada de 24 de julho de 1996, *Governo indenizará 26 famílias de desaparecidos*, trata de indenizações às famílias dos mortos e desaparecidos durante o regime. O nome de Dinaelza é citado, e apenas isso, em uma lista intitulada “A lista dos militantes mortos”. Seu rosto não é exposto, nenhuma fotografia a identifica. A matéria não traz teor crítico em relação às mortes e à forma como essas ocorreram, confirmando certa avaliação de que “os casos [da violência ditatorial] se sucedem em um interminável rosário de atrocidades raramente denunciadas na mídia” (Rial, 2016, p. 14).

Um mergulho no último suspiro da guerrilha do dia 10 de junho de 2012, texto que discorre sobre o lançamento do livro *Mata! O major Curió e as guerrilhas no Araguaia*, faz uma breve citação com o codinome de Dinaelza ao mencionar os nomes dos guerrilheiros: “as duas Dinas...” (Manzano, 2012, p. 7). O trecho fala tanto de Dinaelza como de Dinalva Conceição Oliveira Teixeira, também guerrilheira.

Dinalva Conceição Oliveira Teixeira, já citada em uma primeira análise, aparece em mais outras nove matérias do jornal. A primeira em 10 de março de 1978, *Anistia diz que diminuem as denúncias contra o Brasil*, ainda em período

ditatorial, acusa a guerrilheira de atuar contra a Lei de Segurança Nacional juntamente com outros militantes, dentre eles Antônio Carlos Monteiro Teixeira. O Estadão cita Dinalva como a mulher de Antônio, sem dar destaque ou, ao menos citar, seu ativismo na luta. Sua vida, inclusive sua militância, são resumidas ao matrimônio. Pensar em uma cobertura que dê o devido respeito às mulheres, àquilo que fazem e são para além do vínculo amoroso, se faz quase impossível.

A segunda matéria, *Anistia divulga lista de 39 desaparecidos*, publicada em 5 de novembro de 1978, traz uma listagem com os nomes dos guerrilheiros cujos corpos não foram encontrados, com o nome de Dina entre eles. Como em tantos outros casos, seu nome completo é apenas citado junto com a data de seu óbito.

Em 26 de julho de 1995 no texto *Governo conclui lista oficial de desaparecidos*, mais uma vez seu nome é somente mencionado em uma lista de desaparecidos durante o regime, sem mais detalhes.

Após 30 anos, Curió rompe silêncio sobre a guerrilha, datada de 4 de março de 2004, traz declarações de Sebastião Curió Rodrigues de Moura, ex-agente do Exército e à época prefeito da cidade de Curionópolis (PA), sobre os assassinatos que cometeu no Araguaia. Curió confirmou a morte de Dina sem entrar em detalhes. O que chama a atenção no texto é como o Estadão descreve Dina: “a mais famosa mulher da guerrilha” em contrapartida com as palavras do ex-agente do Exército: “Ela tinha importância. Mas não era tanta assim.”

Quatro anos depois, em 21 de março de 2008, a guerrilheira volta a ter seu nome citado na matéria *Processo do Exército derruba versão oficial sobre guerrilha*. Nela, a partir de uma ação judicial, fica evidenciado que guerrilheiros dados como mortos pelo Exército teriam sido presos ainda com vida. Dina seria uma dessas pessoas. É mencionado, inclusive, que ela prestou depoimento após a prisão nas bases militares. Nesse texto, em especial, sua vida na militância é razoavelmente aprofundada, ainda que de forma bastante descritiva:

O caso da geóloga baiana Dinalva Teixeira, a Dina, a mais famosa comunista do movimento armado da Amazônia, é um dos mais emblemáticos. No ano passado, a Secretaria de Direitos Humanos publicou o livro *Direito à Memória e à Verdade*, reunindo todas as versões sobre a morte de Dina e de outros guerrilheiros. No caso dela, o livro só inclui relatos extra-oficiais, nunca com a chancela de um documento oficial (Nossa, 2008, p.4).

O nome de Dinalva aparece também em entrevista, '*Não se corta erva daninha pelo caule*', do dia 22 de junho de 2009 com o major Curió. À pergunta "Por que matar prisioneiros?", a resposta dada cita o codinome da guerrilheira: "Todos os combatentes foram mortos em combate? Não. Exemplos típicos são os casos da Dina e da Tuca. Elas foram feitas prisioneiras por mim e entregues às autoridades." A retórica segue: "Que autoridades foram essas?", ao que o militar responde: "Me reservo do direito de não citar nomes. Mas pelos dados do meu arquivo você poderá tirar suas conclusões." A entrevista insiste: "O que aconteceu com a Dina e a Tuca?", para resposta seca: "Morreram. A ordem superior era não deixar rastros da guerrilha, para poupar o Brasil de uma guerrilha, de uma Farc, um movimento montonero (*guerrilha argentina*), um Sendero Luminoso." O algoz, com isso, admite a morte de duas guerrilheiras em uma fala convencional, nem o sobrenome, nem a história de vida delas são levados em conta. Percebe-se ainda, pela fala do militar, a solidariedade típica entre homens, principalmente entre soldados, mais do que isso, a proteção em preferir não citar nomes. Enquanto isso, não se reservam em admitir que violentaram e mataram mulheres, muito pelo contrário, é um sinal de orgulho:

Estes constituem-se não apenas como comunidades de proteção e de solidariedade, mas também como ligas igualitárias de homens, que produzem a sua coesão através da desvalorização de supostas características femininas e que exteriorizam a libido homoerótica transformando-a em agressividade (Bröckling apud Zipfel, 2012, p. 42).

Em 28 de junho de 2009, o texto *Alemão comprou área de guerrilha* trata do relatório da Operação Sucuri feito durante o período de exceção e destaca que moradores locais de Porto Franco, à época, se recusaram a dar informações sobre o nome e paradeiro de Dina.

Ainda em 2009, na data de 8 de julho, a matéria *Busca de ossadas no Araguaia começa hoje* fala sobre as buscas do Ministério Público na Casa Azul em Marabá (principal base militar durante a Guerrilha) de corpos de guerrilheiros desaparecidos. O texto menciona a militante como um dos nomes dos 41 guerrilheiros executados que passaram pela Casa Azul antes de sua morte.

Em 13 de julho de 2009, Dina volta a aparecer no Estadão na matéria *Mateiro indica novo local de ossadas*, ao sinalizar que o ex-mateiro do Exército, José Maria Alves da Silva, informou um novo local que os militares teriam usado para enterrar os corpos dos guerrilheiros: a localidade de Tabocão em São Domingos, no estado do Pará. O nome de Dina é apenas citado por uma menção de José, que afirma que ela foi capturada com vida.

Um mergulho no último suspiro da guerrilha, texto datado de 10 de junho de 2012, antes já citado, traz o nome de Dinalva, como “as duas Dinas...” (Manzano, 2012, p. 7), em menção também a Dinaelza.

Elza de Lima Monnerat é a guerrilheira que mais aparece no Estadão, tendo seu nome citado em onze matérias. A primeira delas em 14 de março de 1975, *Joel depõe hoje sobre sequestro do avião*, trata de sua prisão, quando foi condenada a 5 anos por subversão dentro da União Nacional Estudantil (UNE).

Em 7 de abril de 1977, Elza é citada no texto *Arns: participação afasta o comunismo*, em que se menciona a existência de uma casa na rua Pio XI que era suspeita de ser o local de encontros de participantes do PCdoB. Ela é acusada de já ter morado naquela instalação.

Em 24 de junho de 1978, uma matéria intitulada *Cardeal condena prisões e rejeita anistia irrestrita* sobre o Superior Tribunal Militar (STM) cita a guerrilheira ao falar das decisões do órgão de diminuir a pena de acusados políticos. Menciona-se que Elza teve sua pena reduzida de 4 para 3 anos, apesar de ter sofrido pena de suspensão dos direitos políticos por 10 anos. No mesmo processo, como relata a notícia, o ex-general Rodrigo Octavio Jordão pediu que fossem retiradas possíveis apurações de crime de tortura contra a militante. Essa última medida é demasiadamente violenta. Como pondera Márcio Seligmann-Silva (2014, p. 16), ao analisar o anarquivamento a partir de estudos de Walter Benjamin: “o impulso de arquivamento presente no Estado, é apenas uma manifestação do ‘mal de arquivo’ que quer tudo arquivar. Tanto a burocracia é voraz e quer reduzir tudo ao arquivável, como a mencionada historiografia tradicional quer reduzir o saber histórico ao arquivo” (Seligmann-Silva, 2014, p. 16). Essa violência do arquivável se intensifica

quando se leva em consideração que, no ano de 1979, Monnerat era a única presa política de São Paulo.

No texto de 20 de julho ainda em 1979, *Para d. Ivo, só a anistia ampla trará a pacificação*, o jornal cita a guerrilheira por conta de ter sido visitada no presídio feminino do Carandiru pelo senador à época Teotônio Vilella.

O STM dá anistia a 326 é o título de mais uma matéria, datada de 31 de agosto de 1979, em que Monnerat aparece sem mais desdobramentos. O texto trata da anistia de presos políticos no país. No entanto, de todos os encarcerados de São Paulo, apenas Elza e Newton Cândido não foram soltos, ela por razão de sua petição ter sido dirigida ao Supremo Tribunal Federal (STF) em vez de ao STM.

No dia primeiro de setembro de 1979, a página 11 do Estadão, finalmente, dá destaque a um nome feminino da Guerrilha. A matéria intitulada *STM: a anistia tem três etapas* traz subtítulo sobre Elza, inclusive com foto dela: *Depois de dois anos e meio, Elza Monnerat deixa a prisão*. O texto apresenta declarações da militante, o motivo e durabilidade de seu cárcere, juntamente com sua imagem sorridente após deixar a prisão. De forte caráter descritivo, a matéria escolhe tais palavras para falar de Elza: “Com os cabelos brancos e curtos, vestindo calça rancheira, camisa branca e blusa de lã vermelha estampada foi recebida pelo advogado Mario Simas e pela amiga Regina Estela Moreira Pires” (*O Estado de São Paulo*, 1979, p. 11). O Estadão parece se importar mais com o modelito da militante do que com seus feitos.

Elza volta a ter seu nome mencionado no jornal no dia 24 de maio de 1985 em texto intitulado *PC do B pede registro provisório*, que fala sobre o pedido de registro provisório do PCdoB ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE, também assinado por ela.

Dois anos depois, em 3 de janeiro de 1987, a guerrilheira é novamente aludida na matéria *Livro vai revelar como caiu o comitê do PCB*, que trata sobre uma publicação que revela as investigações acerca da queda do Comitê Central do PCB em 1976 na rua Pio XI. Elza é citada como militante que participava das reuniões no endereço, mas que foi presa antes do ataque do II Exército ao comitê.

Em entrevista intitulada *'Não se corta erva daninha pelo caule'* do dia 22 de junho de 2009 com o major Curió, anteriormente mencionada, Elza é citada em uma das respostas do ex-militar à seguinte questão: "Quais os erros do PC do B?". Curió afirma que Elza, uma das lideranças do grupo de guerrilheiros, abandonou a juventude na mata. Além disso, alega que a Guerrilha foi uma aventura do partido. A frase final do ex-militar sobre Elza é que ela fugiu e deixou "cada um por si e Deus para todos." Mais uma vez, a versão dos fatos é narrada por um ex-agente de segurança que já confessou diversos crimes, desde torturas até assassinatos. Elza poderia ser entrevistada, mas não foi. Ademais, Curió afirma que ela fugiu, que abandonou a Guerrilha. O fato é que Elza foi obrigada a retornar a São Paulo quando levava mais guerrilheiros e guerrilheiras à região do Araguaia já cercada pelos militares, permanecendo fora da área do conflito até o fim dos combates.

O nome de Elza volta a aparecer na mesma matéria em que Dinalva é também mencionada, *Alemão comprou área de guerrilha*, datada do dia 28 de junho de 2009. Nela, o relatório da Operação Sucuri revela que moradores locais de Porto Franco, à época da ditadura, se recusaram a dar informações sobre o nome e paradeiro de Dinalva. O mesmo não aconteceu com Elza: "Os moradores não tinham a intenção de se proteger e mostrar distanciamento da guerrilha, pois os rostos de outros integrantes do movimento armado foram mantidos nas fotografias, como Elza Monnerat e Gilberto Olímpio, que também passaram pela cidade" (Nossa, 2009, p. 12).

Em 3 de outubro de 2010, o texto *Nem sinhá, nem dama de ferro* apresenta uma entrevista com a historiadora Mary Del Priore em que o nome de Elza é citado quando, ao responder a pergunta "O Brasil já teve mulheres protagonistas?", Del Priore discorre sobre a militante: "Do outro lado do espectro político, mulheres entraram na clandestinidade, lutando contra o regime: Elza Monnerat, Clara Charf, entre outras, algumas das quais morreram em combate contra a repressão" (Vieira, 2010, p. 215).

Helenira Resende de Souza Nazareth é citada em três matérias do Estadão. A primeira delas é datada de 5 de novembro de 1978, *Anistia divulga lista de 39 desaparecidos*. A ativista é citada em meio aos guerrilheiros desaparecidos. A grafia

de seu nome está incorreta e sua trajetória é resumida em uma frase, sobre a sua morte: “Elenira, morta a golpe de baionetas, no Araguaia, 1973” (*O Estado de São Paulo*, 1978, p. 35).

A segunda delas, a já citada *Governo conclui lista oficial de desaparecidos* de 26 de julho de 1995, apenas traz seu nome dentre tantos outros de pessoas desaparecidas durante o regime. Por fim, a terceira é a também mencionada *Mateiro indica novo local de ossadas* publicada em 13 de julho de 2009, em que consta o nome de Helenira ao falar das expedições do GTA do Araguaia: “A expedição esteve ontem em dois locais da antiga Fazenda Oito Barracas, onde morreu a guerrilheira Helenira Resende, a Helenira” (*O Estado de S. Paulo*, 2009, p. 7).

Lucia Maria de Souza tem seu nome veiculado no jornal paulistano cinco vezes. A primeira ocorrência foi na matéria já citada *Governo conclui lista oficial de desaparecidos* datada de 26 de julho de 1995, em que tantos outros nomes de guerrilheiras foram apenas mencionados.

A segunda foi em 25 de junho de 2005: *Sessão na Câmara exalta repressão no Araguaia*. O texto trata sobre solenidade, a pedido do então deputado do Rio de Janeiro Jair Bolsonaro, de tributo aos militares que desmontaram a Guerrilha do Araguaia. Como principal convidado do evento estava o coronel Lício Augusto Maciel, chefe do grupo de combate e comandante das operações, que discursou orgulhosamente sobre os assassinatos dos guerrilheiros e guerrilheiras. O nome de Lucia é citado na fala de Maciel: “Sem assumir que matou os guerrilheiros, o coronel contou que atirou em Lucia Maria de Souza, conhecida por guerrilheira Sônia, na mata: ‘Quando ela sacou a arma, vi que não tinha jeito e atirei: acertei a perna e ela caiu.’ Ele disse que, depois disso, ela recuperou a arma e atirou nele e no coronel Curió. ‘O resto da minha equipe revidou, claro. Encerrada foi a carreira da bandida Sônia, nome da guerrilheira’, disse” (*O Estado de São Paulo*, 2005, p. 11). Lucia é retratada, pelas palavras do militar, como bandida, tendo sua história reduzida à sua morte. O orgulho com que o coronel fala de seus feitos e despreza as vítimas é bastante significativo, demonstrando, antes de tudo, um comportamento misógino. É o que Gaby Zipfel explica em seu artigo “*Vamos lá curtir um bocado*”. A relação

entre identidade sexual, violência e sexualidade em conflitos armados, em uma análise geral sobre como a presença feminina esbarra no machismo desses espaços bélicos:

A guerra e a masculinidade confundem-se tão intimamente no discurso cotidiano que, até ao momento, nem a entrada das mulheres no domínio masculino das forças armadas nem as transformações gritantes por que passou nas últimas décadas o exercício da guerra, que já nada tem a ver com o mito da heroica luta corpo a corpo, conseguiram abalar tal percepção (Zipfel, 2012, p. 37).

A terceira menção que o veículo faz de Lucia é em entrevista publicada em 22 de junho de 2009 com o major Curió. Ao responder à pergunta “Como foi o combate travado pelo senhor e pelo agente Lício Maciel com a guerrilheira Lucia Maria de Souza, a Sônia?”, Curió oferece detalhes sobre o embate com a guerrilheira, descrevendo uma parte de seu corpo e sua morte: “Ela estava adiante, de braços. Usava camiseta e bermuda curta, bem acima do joelho. As pernas claras, de quem não via o sol há tempo, estavam picadas por insetos. Ela ainda suspirava” (*O Estado de São Paulo*, 2009, p. 6).

A penúltima matéria em que a figura de Lucia aparece é também do ano de 2009, do dia 13 de julho, na já mencionada *Mateiro indica novo local de ossadas*. Nela, há possíveis informações sobre seus restos mortais. Conta-se que, procurando por pistas dos restos mortais da guerrilheira Lucia Maria de Souza, o general Mário Lúcio Alves de Araújo, responsável pela logística da expedição, ouviu a confirmação de depoimentos passados de que ela não foi enterrada. Segundo o texto, uma testemunha disse que durante anos os ossos ficaram em cima da terra e levou a expedição ao local do combate, ocorrido na tarde de 23 de outubro de 1973. A morte de Lucia é relatada nas páginas do Estadão: “Para o soldado Cid, foi um ato banal. ‘Pisei em seu braço, impedindo que levantasse a arma, e perguntei: ‘Qual o seu nome?’ Com ar de deboche e ódio, respondeu aos gritos: ‘Guerrilheira não tem nome’. Eu e João Pedro a metralhamos.’ Assim morreu, em 24 de outubro de 1974, numa obscura gruta na selva, ao norte de Goiás, a militante do PC do B Lúcia Maria de Souza, ou Sônia, capturada pelo grupo do major Sebastião Curió – o homem que o regime militar havia encarregado de liquidar sumariamente a Guerrilha do Araguaia” (Manzano, 2012, p. 7).

É também assim que o Estadão cita pela última vez Lucia em texto que leva o título *Um mergulho no último suspiro da guerrilha*. Ao discorrer sobre as memórias do major Curió na obra *Mata! O Major Curió e as Guerrilhas no Araguaia*, o jornal menciona o nome de Sônia segundo as palavras e memórias do militar e, mais uma vez, reduz sua vida ao ato de sua morte.

Luisa Augusta Garlippe, a Tuca, tem seu nome mencionado quatro vezes no Estadão. A primeira aparição é na tão recorrente matéria de 26 de julho de 1995, *Governo conclui lista oficial de desaparecidos*. Seu nome é apenas mais um na lista dos desaparecidos, analogamente aos nomes das outras guerrilheiras.

‘*Não se corta erva daninha pelo caule*’ datado de 22 de junho de 2009 é o segundo texto que cita Luisa. Na entrevista com o major Curió, mais precisamente na pergunta “Por que matar prisioneiros?”, a resposta vem com o codinome da guerrilheira, junto com o de Dina, em trecho já mencionado: “Todos os combatentes foram mortos em combate? Não. Exemplos típicos são os casos da Dina e da Tuca. Elas foram feitas prisioneiras por mim e entregues às autoridades.” A retórica segue: “Que autoridades foram essas?” seguida da resposta: “Me reservo do direito de não citar nomes. Mas pelos dados do meu arquivo você poderá tirar suas conclusões.”

Ainda em 2009, na data de 8 de julho, no texto *Busca de ossadas no Araguaia começa hoje*, que fala sobre as buscas do Ministério Público na Casa Azul em Marabá de corpos de ativistas desaparecidos, menciona-se Luisa como um dos nomes dos 41 guerrilheiros executados que passaram pela Casa Azul antes de sua morte.

Em 13 de julho de 2009, a matéria *Mateiro indica novo local de ossadas* é a última que Tuca é citada. Ela traz relatos de Zé Catingueiro, ex-mateiro do Exército, que confirma as versões do major Curió de que a militante foi “capturada” com vida.

O nome de Maria Célia Corrêa é exposto no jornal em cinco textos. O primeiro deles é a lista de desaparecidos lançada em matéria de 26 de julho de 1995, *Governo conclui lista oficial de desaparecidos*.

O segundo é no ano de 2005. ‘*Ela vai aparecer por essa porta*’ é uma reportagem sobre Telma, também guerrilheira. A citação aparece porque Maria Célia, irmã de Elmo Corrêa, é cunhada de Telma e também porque os três ficaram

sem dar notícias à família durante um ano à época da Guerrilha. Uma imagem de Maria Célia aparece também na mesma reportagem, ela está acompanhada de um grupo de amigos, mas o foco do texto é Telma.

Em matéria publicada em 21 de março de 2008, a já citada *Processo do Exército derruba versão oficial sobre guerrilha*, Maria Célia foi uma das guerrilheiras que prestou depoimento nessas bases e que, segundo relatos do tenente da reserva à época, José Vargas Jiménez, passou por torturas como choques com corrente elétrica gerada por baterias de telefones portáteis, tapas com força e mãos abertas simultaneamente nos dois ouvidos: “Os militares também colocavam os guerrilheiros em pé e descalços em cima de duas latas de leite condensado, permitindo que se apoiassem apenas com um dedo na parede” (Nossa, 2008, p. 4). Relatos tão fortes dos algozes que restringem as vítimas como se não tivessem legado algum, como se acabassem quando foram mortas: “O sonho é liberar essas vidas das obscenas descrições que primeiro as apresentaram para nós” (Hartman, 2020, p. 21).

Rosa, codinome de Maria Célia, é mencionada em entrevista ‘*Usurparam uma história alheia*’ datada de 12 de julho de 2009 com a jornalista e pesquisadora Myrian Luiz Alves acerca do levantamento da história da Guerrilha e de como a família da guerrilheira tem contribuído para a apuração de dados.

Por fim, a militante é mencionada em texto de 17 de março de 2012 intitulado *Justiça do Pará rejeita denúncia contra Curió*, que narra que a Justiça Federal do Pará, com base na Lei da Anistia, rejeitou a denúncia do Ministério Público para prender o major Curió pelo desaparecimento de cinco guerrilheiros do Araguaia em 1974, dentre estes, Maria Célia.

Maria Lúcia Petit da Silva é um dos nomes mais recorrentes no *Estado de São Paulo*. Em matéria de 5 de novembro de 1978 intitulada *Anistia divulga lista de 39 desaparecidos*, seu nome é citado pela primeira vez entre a lista dos mortos enterrados como indigentes. Sua morte não é detalhada, diferentemente do que acontece com a maioria das figuras masculinas citadas na lista.

Maria é citada, mais uma vez, e apenas isso, em mais uma lista de desaparecidos em matéria do dia 26 de julho de 1995, *Governo conclui lista oficial de desaparecidos*.

Ossadas de Perus estão à disposição do Estado, datada de 23 de maio de 1998, é a terceira matéria em que o nome da guerrilheira é citado, quando se noticia sobre a identificação dos corpos tidos como indigentes e que foram exumados por peritos da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Menciona-se que Maria Lúcia teve suas ossadas identificadas mais de 20 anos após sua partida.

Em 28 de agosto de 2004, o tema sobre indenização e identificação dos corpos retoma ao jornal no texto *Indenizações viram esqueleto de R\$ 1,4 bi*: “Dos 68 militantes que do PCdoB que teriam sido mortos na região do Araguaia, entre 1972 e 1975, apenas um teve a ossada identificada. A família da guerrilheira Maria Lúcia Petit foi a única a poder enterrar os ossos de sua filha” (Nossa, 2004, p. 17).

Passados 5 anos, em 8 de julho de 2009, o nome da militante retorna às páginas do veículo com o texto *Busca de ossadas no Araguaia começa hoje*. Ainda em 2009, Maria era a única guerrilheira cuja o corpo fora identificado.

A ativista política é citada pela sexta vez em uma entrevista sob o título *‘Usurparam uma história alheia’* datada de 12 de julho de 2009 com a assessora Myrian Luiz Alves. Em resposta à seguinte questão “Por que se leva tanto tempo no Brasil para identificar as ossadas de guerrilheiros?”, ela diz: “Não creio ser culpa do Brasil. Entre 1991 e 1998, guerrilheiros urbanos foram identificados sem problema ou demora inconsequente. Todos por antropologia ou antropometria. A demora na identificação da guerrilheira do Araguaia, Maria Lúcia Petit, resgatada em 1991 e identificada em 1996, não ocorreu por causa dos métodos adotados ou do País. É uma história - a da demora na identificação - que ainda terá de ser contada, ou devidamente esclarecida, como a de Bergson, agora identificado. Os dois estavam sepultados lado a lado, como mostra fotografia de sepulturas tirada em 1980” (Nossa, 2009, p. 12).

Governo libera arquivos para caça a torturadores é o título da penúltima matéria em que o nome de Maria é citado, publicada em 23 de julho de 2011. O texto aborda o benefício cedido pelo Ministério da Justiça a 12 pesquisadores, todos

ex-ativistas políticos ou parentes de vítimas da ditadura. Dentre esses pesquisadores está Laura Petit da Silva, irmã de três desaparecidos no Araguaia, Jaime, Lúcio e Maria Lúcia. A matéria é ilustrada por uma imagem de Laura que segura a fotografia de seus irmãos.

No dia 2 de janeiro de 2015 a guerrilheira é mencionada, mais uma vez, sem mais delongas, em legenda de uma fotografia da matéria *Comissão de Mortos e Desaparecidos reclama de sucateamento no governo*: “O principal foco das buscas por desaparecidos é o palco da Guerrilha do Araguaia, no sul do Pará. No início dos anos 70, 62 militantes do PC do B desapareceram na região, após uma série de operações do Exército. Apenas dois tiveram seus restos mortais localizados e sepultados: Maria Lúcia Petit e Bergson Gurjão Farias. No ano passado, Paulo Malhães, coronel reformado do Exército, disse em depoimento à Comissão da Verdade do Rio que a busca pelos restos mortais dos guerrilheiros jamais trará resultados. O coronel, na segunda metade da década de 70, foi ao sul do Pará para desaparecer de vez com os corpos (...)” (Arruda, 2015, p. 4).

Rioco Kayano tem seu nome veiculado três vezes no Estadão. Nas três ocorrências ela é associada com o seu marido, o político brasileiro José Genoíno Neto, ex-presidente do Partido dos Trabalhadores (PT), ex-deputado federal pelo estado de São Paulo e ex-guerrilheiro. Em outubro de 2002, no auge das eleições para o governo de São Paulo, os candidatos José Genoíno pelo PT e Geraldo Alckmin pelo PSDB disputavam a eleição. No dia 17 de outubro desse mesmo ano, a matéria *Alckmin e Genoíno fazem debate acirrado na TV* apenas cita Rioco como a “mulher de Genoíno”: “Na platéia, a primeira fila era toda formada por familiares dos candidatos. Lá estavam a mulher de Alckmin, Maria Lúcia, e os filhos Sophia, Thomaz e Geraldo. Mais ao lado, sentavam Miruna e Ronan, filhos do petista Genoíno, e sua mulher Rioco Kayano. Dividindo as duas famílias, o namorado de Miruna” (*O Estado de S. Paulo*, 2002, p. 10). Mesmo que os protagonistas do texto sejam duas figuras masculinas, não há aprofundamento nas mulheres citadas, elas são lidas apenas como as esposas deles.

Em 27 de outubro de 2002, o texto intitulado *Campanha, em vez de férias* adjunto à matéria *Genoíno aposta na militância para virar o jogo* trata de Rioco com

mais detalhes, trazendo, inclusive, uma fotografia da ex-guerrilheira. No entanto, ela é situada como a “aspirante a primeira-dama”, sempre aliada à figura de seu companheiro, até mesmo a legenda da foto cita Genoio: “Rioco: ex-militante do PC do B, ela conheceu Genoio na prisão” (Villalba, 2002, p. 140). Essencialmente, o texto aborda o fato de a militante ter tirado férias do trabalho para poder se dedicar com mais afinco à campanha política de seu marido. Ao adentrar na vida de Rioco, o texto, esmiuça primeiro a história do matrimônio da ativista, para depois dizer sobre seus feitos: “Aos 54 anos, que releva sem o menor pudor, Rioco é casada com Genoio há 25. Os dois se conheceram em 1968, na efervescência do movimento estudantil. Ela, militante. Ele, já um líder de projeção nacional entre os estudantes.” A primeira frase chama atenção por insinuar que a idade seria algo pejorativo para Kayano, que ela seria corajosa por revelar quantos anos tem. A idade de Genoio, 56 anos à época, não é uma questão em nenhum momento da matéria. Para além disso, o único atributo de Rioco é “militante”, enquanto Genoio, “um líder de projeção nacional entre os estudantes”. O grau comparativo se estabelece na simples escolha das palavras. O texto segue falando sobre a prisão da ativista durante a Guerrilha e sua família, além de abordar sua origem e características: “É natural de Guaimbê, no interior paulista. Discreta e visivelmente tímida, mas de personalidade firme. Mãe ‘brava quando é preciso’, não se acha vaidosa nem consumista – muito menos adepta de grifes famosas.” Com feitos que vão desde sua militância no PCdoB, seguida de prisão e tortura, até a participação desde 2001 no grupo de bordado coletivo Teia de Aranha, o que é destacado sobre Rioco no texto são os atributos “mãe”, além de fatores como a vaidade e o consumo (incansavelmente associados às mulheres). Villalba finaliza com as seguintes palavras: “Numa mistura de superstição com euforia de campanha, Rioco diz que prefere não falar sobre um eventual futuro como primeira-dama do Estado. Mas adianta que se identifica mais com o estilo independente (...)” Apesar de se identificar com essa independência, o Estadão sempre associa Rioco como dependente da figura de Genoio, como uma coadjuvante.

Por fim, na data de primeiro de janeiro de 2003, em nota intitulada *O vermelho dá o tom nos trajes da cerimônia*, Rioco é mais uma vez citada. O assunto

em questão é o vestuário das mulheres (companheiras de políticos do PT) diante da posse de Lula. Com o subtítulo *Estilo simples*, Rioco é mencionada: “Mas nem todas as mulheres do poder reservaram horário nos salões para os cuidados com a beleza. Adepta de um estilo mais simples, Rioco Kayano, esposa do presidente do PT, José Genoino, preferiu gastar seu tempo distribuindo, pelas ruas de Brasília, material convidando a população para a posse. ‘Eu mesma vou fazer uma escova no cabelo’” (Guedes, 2003, p. 8). Rioco é situada, mais uma vez, como a “esposa de Genoino”, como se essa fosse a única descrição possível para designá-la. Ademais, diante do cenário político, as mulheres são colocadas nesse texto quase como um enfeite de seus maridos: o que estão vestindo, qual salão vão frequentar, qual o estilo... É irrelevante saber se Rioco vai ou não fazer escova em seu cabelo, isso é mínimo perto de uma trajetória de vida tão macro. Por mais que o texto foque nessas questões, a ação de Rioco de alguma forma rompe com esse papel ao qual ela é relegada. Ao relatar que ela panfleta pela cidade, inevitavelmente reconhece-se sua ação política. Não que isso importe tanto para o jornal, que prefere terminar o texto da seguinte forma: “Na mala, Rioco já destacou duas roupas vermelhas, uma para usar no réveillon, e outra para a cerimônia da posse. ‘Esse ano é o do vermelho’, disse ela, ao lado de seu marido, pouco antes de sair pelas ruas para distribuir os kits da posse.”

Telma Regina Cordeiro Corrêa é mencionada pelo jornal em quatro ocasiões. A primeira delas, como no caso de outras guerrilheiras, na lista da matéria publicada em 26 de julho de 1995 *Governo conclui lista oficial de desaparecidos* em que seu nome é apenas citado dentre tantos outros.

Em 8 de maio de 2005, Telma ganha destaque em reportagem intitulada *‘Ela vai aparecer por essa porta.’* É com muita sensibilidade que o autor narra a trajetória de vida de Telma e a esperança que sua mãe, Dona Celeste, tem de encontrar a filha. Também conta que Ângela, irmã de Telma, poupou a mãe das notícias à época sobre o possível assassinato brutal de sua filha, relatado pelo ex-recruta do Exército, Raimundo Pereira de Melo. O ex-militar diz que viu Lia, codinome de Telma, no dia 7 de setembro de 1974, sob o poder do Exército. “Estava encapuzada e descalça: Usava um vestido de chita cor-de-rosa. Diz que foi interrogada. No dia

seguinte, às 8 da manhã, Telma teria sido entregue por ele aos generais Hugo Abreu e Ferraz da Rocha e ao major Sebastião Curió. Ela ficou com eles numa sala por cerca de 15 minutos. Depois, Raimundo diz tê-la escoltado até a pista do aeroporto, onde a embarcou em um helicóptero sob os cuidados de um capitão Cabral. Era aproximadamente 8h30. O aparelho decolou para Brasília, mas voltou cerca de 30 minutos depois, tempo insuficiente para cumprir o percurso. 'Aí saiu o comentário que voaram com ela e soltaram a não sei quantos mil pés'" (Paiva, 2005, p. 191). O texto traz seis imagens do arquivo pessoal da militante. A primeira imagem é de seus pais. Na segunda, Telma está dançando com seu pai, Luiz, em um baile de formatura. A terceira é o único retrato de Telma sozinha, em que ela está em uma praia. O que chama a atenção é a escolha da fotografia, na qual a guerrilheira está de biquini, caminhando. Dificilmente reportagens sobre homens exploram fotograficamente seus corpos. Ademais, apesar de ser um texto sensível e cuidadoso, não deixa de explorar as características físicas da ativista: "Dava jeito também no próprio cabelo, dispensando o salão. Quando a moda era um chanelzinho parecido com o da Nara Leão, ela colava no pente uma lâmina de barbear para conseguir aquele efeito batidinho na parte traseira da cabeça. Se precisasse alisar um pouco as madeixas usava ferro e tábua de passar roupa." A quarta fotografia é composta por Telma e seu marido, Elmo Corrêa, também desaparecido no Araguaia. Em termos de dimensão, essa é a maior imagem dentre todas. Por mais que a reportagem traga Telma como protagonista, a foto de destaque é a dela acompanhada de um homem. A quinta imagem é de uma das cartas enviadas à Dona Celeste enquanto a guerrilheira estava no Araguaia. Já a sexta imagem é de Telma, Elmo, Maria Célia (guerrilheira e irmã de Elmo) acompanhados de um grupo de amigos em uma praia.

A terceira matéria em que o nome de Telma é citado é datada de 21 de março de 2008, a já comentada *Processo do Exército derruba versão oficial sobre guerrilha*. Telma, assim como sua cunhada Maria Célia, foi uma das guerrilheiras que prestou depoimento nessas bases e que, segundo relatos, passou por torturas como choques com corrente elétrica, tapas e outros tipos de agressão. A ativista é

caracterizada no texto apenas por seu codinome e como a “mulher de Elmo”, enquanto Elmo em nenhum momento é caracterizado como o “marido de Telma.”

A última matéria em que a militante é mencionada, também já comentada, é *Justiça do Pará rejeita denúncia contra Curió*, datada de 17 de março de 2012. Telma faz parte do grupo de cinco guerrilheiros do Araguaia pelo qual o major Curió seria julgado não fosse a rejeição do Ministério Público anunciada no título. Seu nome é apenas citado no texto.

Jana Moroni Barroso aparece em apenas uma matéria do Estadão, *Governo conclui lista oficial de desaparecidos*, de 26 de julho de 1995, comentada anteriormente. Seu nome somente é mencionado na lista em questão, sem nenhuma especificidade ou mais delongas.

Suely Yumiko Kanayama e Walkiria Afonso Costa aparecem nas mesmas duas matérias. A primeira datada de 5 de novembro de 1978, sob o título de *Anistia divulga lista de 39 desaparecidos* onde apenas seus nomes e datas de seus óbitos são citados: “Suely Yumiko Kanayama, morta no Araguaia, 1974” e “Valkiria, morta em combate, no Araguaia, em 1973.” Valkiria não tem nem seu sobrenome veiculado à matéria. A segunda datada de 26 de julho de 1995 intitulada *Governo conclui lista oficial de desaparecidos*, a mesma em que Jana aparece, menciona meramente o nome das duas guerrilheiras na lista oficial de desaparecidos durante o regime.

Os nomes das guerrilheiras Lucia Regina Martins, Luzia Reis Ribeiro (Baianinha) e Regilena Carvalho (Lena) não foram encontrados em nenhuma ocorrência nas buscas solicitadas.

Das 18 guerrilheiras associadas ao Araguaia, 15 foram, portanto, mencionadas em algum momento pelo jornal. Foram 33 matérias, no todo, em que seus nomes são mencionados ou alguma parte de suas histórias, narradas. Essas matérias são distribuídas da seguinte maneira: 1 no ano de 1975, 1 no ano de 1977, 4 no ano de 1978, 3 no ano de 1979, 1 no ano de 1985, 1 no ano de 1987, 1 no ano de 1995, 1 no ano de 1996, 2 no ano de 2002, 1 no ano de 2003, 2 no ano de 2004, 2 no ano de 2005, 1 no ano de 2006, 1 no ano de 2008, 6 no ano de 2009, 1 no ano de 2010, 1 no ano de 2011, 2 no ano de 2012, 1 no ano de 2015. Esses números

demonstram que as mulheres que lutaram na Guerrilha do Araguaia, mesmo após o fim da ditadura e dos períodos de censura impostos por ela, não aparecem frequentemente em um dos maiores veículos de comunicação do país o jornal *O Estado de São Paulo*. Algumas mulheres não foram, ao menos, citadas. Em geral, mesmo as nomeadas, estão invisibilizadas ou marcadas a partir de estereótipos de gênero, como notado ao examinar a fundo o conteúdo veiculado. Nem em 2012, com a CNV em voga, quando a cobertura sobre as memórias ditatoriais se intensificou (Sanglard, Tristão, 2014), houve materiais significativos sobre as guerrilheiras, em relação à quantidade de matérias veiculadas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As mulheres na Guerrilha do Araguaia lutaram, pegaram em armas, sobreviveram ou morreram em batalha, mas suas histórias não podem e não devem ser sepultadas. Diferentemente do pressuposto de que a esfera do feminino não pode conter violência e que a guerra é única e exclusivamente uma ação dos homens, as guerrilheiras quebraram tais estereótipos. Virginia Woolf teoriza em sua obra *Três guinéus*:

Pois embora muitos instintos sejam tidos, em maior ou menor grau, como comuns a ambos os sexos, guerrear tem sido, desde sempre hábito do homem, não da mulher. As leis e a prática desenvolveram essa diferença, seja ela inata ou acidental. Raramente, no curso da história, um ser humano foi abatido pelo rifle de uma mulher; os pássaros e os animais foram e são, em sua grande maioria, mortos por vocês, não por nós; e é difícil julgar aquilo de que não fazemos parte (Woolf, 2019, p. 12).

Na contramão desse pensamento, as guerrilheiras fizeram parte do conflito armado, assim como tantas outras, ainda que suas histórias tenham sido invisibilizadas no passado e no presente. Talvez seja esse o motivo da afirmação de Woolf: por um contexto extremamente machista e misógino durante a época da escrita dessa obra, em 1938, as histórias das mulheres em campos de batalha estava esquecida: “Tudo que sabemos da guerra conhecemos por uma ‘voz masculina” (Aleksiévitch, 2016, p. 12). Em *A guerra não tem rosto de mulher*, a

jornalista e escritora Svetlana Aleksievitch traz à luz os relatos das soldadas soviéticas que lutaram durante a Segunda Guerra Mundial. Além de nos fazer entender sobre um dos eventos mais trágicos da história humana, o livro aponta violências sofridas e, por que não?, praticadas por mulheres. A brutalidade não é um aspecto exclusivamente masculino, mas a liberdade de ser brutal é concedida e aclamada para e pelos homens.

Para além do campo bélico, o jornalismo também é um dos *locus* do masculino, como explica a mestre em comunicação Marcia Veiga da Silva em seu artigo *Masculino, o gênero do jornalismo: um estudo sobre os modos de produção das notícias*:

Fundamentalmente é importante chamar a atenção para o fato de que também a mídia e o jornalismo estão constituídos por gênero e produzem relações de gênero e de poder que resultam em saberes acerca disso. Investigar os modos como o jornalismo está perpassado por gênero é o primeiro caminho para entender como o jornalismo acaba contribuindo para o processo de (re)produção de valores e representações hegemônicas de gênero que, em última instância, refletem a existência de um padrão heteronormativo. É perceber o jornalismo, por uma ótica de gênero, relacionado com os modos como se constrói o conhecimento sobre as coisas (e pessoas) do mundo (Silva, 2010, p. 63).

A (re)produção de valores, de que fala a autora, foi percebida na análise empreendida neste trabalho. Há, além de uma invisibilização das guerrilheiras, um padrão estabelecido temporalmente com estereótipos pré-definidos acerca do gênero feminino. Sabe-se que o jornalismo reflete a sociedade, machista e patriarcal, reproduzindo esses valores. Para além disso, como ator social igualmente os funda e os difunde. Os discursos circulados por ele, como esse notado sobre as guerrilheiras, são poderosos no sentido de influenciar as pessoas. Já dizia Michel Foucault em obras como *A Ordem do Discurso* e *Microfísica do Poder*: os jornais podem ser considerados um desses dispositivos de poder que são costumeiramente controlados exatamente por quem detém mais poder na sociedade (apud Martins, 2018).

Com isso, as mulheres, e aqui em foco as guerrilheiras, são revitimizadas cada vez que o *Estadão* não cita seus nomes completos, apenas menciona seus feitos, usa como parâmetro seus companheiros homens, ignora seus protagonismos

e dá mais voz aos seus algozes. Nem tudo, porém, se resume a questão de gênero. O viés ideológico interferiu e continua interferindo na qualificação das guerrilheiras e da guerrilha como um todo (ou seja, também aos homens que estiveram nela envolvidos). O que se percebe, como camada adicional, é a violência acentuando-se pelo recorte de gênero.

A partir da análise, também por isso, identifica-se a relevância de arquivar o material jornalístico veiculado sobre essas mulheres, agora a partir da potencialidade de um contexto no qual os papéis de gênero (e também aqueles ligados à sexualidade, à raça etc.) tem se modificado. Resgatar memórias por meio desse gesto, como esta monografia buscou fazer, é também tratar com o devido respeito, dignidade e veracidade a vida de luta e de violências sofridas (inclusive, em alguns casos, os assassinatos) dessas mulheres.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADGHIRNI, Zélia Leal; PEREIRA, Fabio Henrique. *O estudo do jornalismo em tempos de mudanças estruturais*. In: Texto (UFRGS Online), v. 1, pp. 12-22, 2011. Disponível em <https://seer.ufrgs.br/intexto/article/view/19208>. Acesso em: 17 de agosto de 2023.

ALEKSIÉVITCH, Svetlana. *A guerra não tem rosto de mulher*. Companhia das Letras, 2016.

BACK, Lilian. Gênero, sacrifício e moral nos grupos de esquerda armada (Brasil e Argentina dos anos 1960 aos 1980). In: PEDRO, Joana Maria; WOLFF, Cristina Scheibe; VEIGA, Ana Maria. *Resistências, gênero e feminismo contra as ditaduras no Cone Sul*. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2011.

BAO, Ricardo Melgar. La memoria submergida: martirologio y sacralización de la violencia en las guerrillas latinoamericanas. In: POZZI, Pablo; SCHNEIDER, Alejandro (Orgs.). *América Latina en el siglo XX: entre el orden y la revolución*. Buenos Aires: Imago Mundi, 2004. p. 91.

BARBOSA, Delise Dutra. *Censura nos jornais durante os Anos de Chumbo (1968-1979)*. Brasília: Centro Universitário de Brasília, 2006. Disponível em: <http://repositorio.uniceub.br/bitstream/123456789/1903/2/20489818.pdf>. Acesso em 17 de fevereiro de 2023.

BEAUVOIR, Simone de. *O segundo sexo: A experiência vivida*. v.2. Traduzido por Sérgio Milliet. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1961, p.9.

BENJAMIN, Walter. *Teses sobre o conceito de história (1940)*. Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura, 2020.

BETTO, Frei. *Batismo de sangue: guerrilha e morte de Carlos Marighella*. Rio de Janeiro: Rocco, 2000.

BRAGANÇA, Jullyana; SOUSA, Monica. “Verás que um filho teu não foge à luta”: *Jornal EX-come guardião de memórias subterrâneas da ditadura brasileira*. In: Jornada de Iniciação Científica em Comunicação, 11, 2015. Cabo Frio: Universidade Veiga de Almeida, 2015. Disponível em: <http://portalintercom.org.br/anais/nacional2015/resumos/R10-0686-1.pdf>. Acesso em: 12 de junho de 2023.

BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. *Relatório de audiência pública de 12 de agosto de 2014*.

CAPELATO, Maria Helena e PRADO, Maria Lígia. *O bravo matutino. Imprensa e ideologia: o jornal O Estado de S. Paulo*. São Paulo: Editora Alfa-Ômega, 1980.

CHINEM, Rivaldo. *Imprensa alternativa: jornalismo de oposição e inovação*. São Paulo: Editora Atica, 1995.

CODATO, Adriano. Uma história política da transição brasileira: da ditadura militar à democracia. *Revista de Sociologia e Política*, Curitiba, n. 25, p. 83-106, nov. 2005. Disponível em <https://www.scielo.br/j/rsocp/a/yMwgJMTKNWTwGqYTZMZcPhM/?lang=pt>. Acesso em: 17 de agosto de 2023.

DA Silva, Juremir Machado. *Raízes do conservadorismo brasileiro: a abolição na imprensa e no imaginário social*. Editora José Olympio, 2017.

DANTAS, Audálio. *A mídia e o golpe militar*. Estudos Avançados. São Paulo, v. 80, n. 28, jan/abr 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ea/a/gTDsM7hZGgFQcyRLMknXX7k/>. Acesso em: 20 de junho de 2023.

DE OLIVEIRA, Hebe Maria Gonçalves. *Retrato das manifestações de rua no processo de impeachment da presidenta Dilma Rousseff: a construção da opinião pública pela mídia privada brasileira*. Pauta Geral-Estudos em Jornalismo, v. 3, n. 2, p. 83-96, 2016. Disponível em: <https://revistas.uepg.br/index.php/pauta/article/view/9369>. Acesso em: 17 de agosto de 2023.

DELGADO, Lucília de Almeida Neves. *A campanha das Diretas Já: narrativas e memórias*. In: São Leopoldo, XXIV Simposio Nacional de Historia. 2007. Disponível em: https://anpuh.org.br/uploads/anais-simposios/pdf/2019-01/1548210564_84d38c9cfe41bf5923ff197bcd787740.pdf. Acesso em: 17 de agosto de 2023.

GUILHERME, Cássio Augusto Samogin Almeida. *A imprensa como ator político-ideológico: o caso do jornal O Estado de S. Paulo*. Dimensões, n. 40, p. 199-223, 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/dimensoes/article/view/17905/13828>. Acesso em: 17 de agosto de 2023.

HASANBEGOVIC, Claudia. La ideología militar y las relaciones de género en Argentina. *L' Ordinaire Latino-Americain*. IPEALT/Le Mirail, Toulouse, n. 183, p. 41-44, 2001.

HARTMAN, Saidiya. *Vênus em dois atos*. Revista Eco-Pós, v. 23, n. 3, p. 12-33, 2020. Disponível em: https://revistaecopos.eco.ufrj.br/eco_pos/article/view/27640. Acesso em: 17 de agosto de 2023.

HAYNER, Priscilla B. *Unspeakable Truths 2e: Transitional Justice and the Challenge of Truth Commissions*. New York/London: Routledge, 2011.

HENTZ, Isabel Cristina; VEIGA, Ana Maria. Entre o feminismo e a esquerda: contradições da dupla militância. In: PEDRO, Joana Maria; WOLFF, Cristina Scheibe; VEIGA, Ana Maria. (Orgs.). *Resistências, gênero e feminismo contra as ditaduras no Cone Sul*. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2011.

INTERVOZES – *Coletivo Brasil de comunicação social*, 2017.

KOTCHERGENKO, Andrei Martin San Pablo. As mulheres na luta armada no Cone Sul. In: PEDRO, Joana Maria; WOLFF, Cristina Scheibe; VEIGA, Ana Maria. (Orgs.). *Resistências, gênero e feminismo contra as ditaduras no Cone Sul*. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2011.

KUSHNIR, Beatriz. *Cães de guarda: jornalistas e censores, do AI-5 à Constituição de 1988*. Boitempo Editorial, 2015.

LOPES, Fernanda Lima. *Jornalismo e suas crises: um olhar sobre as questões da tecnologia, do emprego e do diploma no Brasil*. Lisboa: Centro de Investigação e Estudos de Sociologia – CIES e-Working Paper nº 107/2011.

MARTINS, Allysson Viana. O “Golpe dentro do Golpe” na imprensa? *Posicionamento dos jornais na divulgação do AI-5*. Revista Brasileira de História da Mídia 11.2, 2022. Disponível em: <https://revistas.ufpi.br/index.php/rbhm/article/view/13065/0>. Acesso em 17 de agosto de 2023.

MCQUAIL, Denis (Ed.). *McQuail's reader in mass communication theory*. Sage, 2002.

MECHI, Patrícia Sposito; JUSTAMAND, Michel. Arqueologia em contextos de repressão e resistência: a Guerrilha do Araguaia. *Revista de Arqueologia Pública*, Campinas, v. 10, p. 108 -120, 2014. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rap/article/view/8635642/3378>. Acesso em: 17 de agosto de 2023.

MEZAROBBA, Glenda. Entre reparações, meias verdades e impunidade: o difícil rompimento com o legado da ditadura no Brasil. *Revista Internacional de Direitos Humanos*, v. 7, n. 13, p. 7-26, dez. 2010. Disponível em: <https://sur.conectas.org/entre-reparacoes-meias-verdades-e-impunidade>. Acesso em 17 de agosto de 2023.

MOMBAÇA, Jota. Rumo a uma redistribuição desobediente de gênero e anticolonial da violência. In: *Não vão nos matar agora*. Rio de Janeiro: Editora Cobogó; 2021, p. 63-83.

MONT'ALVERNE, Camila; MARQUES, Francisco Paulo Jamil. *Jornalismo político e imagem pública: Dilma Rousseff nos editoriais do jornal O Estado de S. Paulo*. *Contracampo*, v. 28, n. 3, 2013. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/contracampo/article/view/17510/11136>. Acesso em: 17 de agosto de 2023.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Entre a liberdade e a ordem: o jornal O Estado de São Paulo e a ditadura (1969-1973). *Estudos Ibero-Americanos*, Porto Alegre, v. 43, p. 367-379, 2017. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/iberoamericana/article/view/26037/15638>. Acesso em 17 de agosto de 2023.

NAPOLITANO, Marcos. *A imprensa e a construção da memória do regime militar brasileiro (1965-1985)*. *Estudos Ibero-Americanos*, v. 43, n. 2, p. 346-366, 2017. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/iberoamericana/article/view/24766/15637>. Acesso em: 17 de agosto de 2023.

O ESTADO DE SÃO PAULO. *Araguaia: efetivo chegou a 6 mil*. 1978. Disponível em: <https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19780914-31748-nac-0020-999-20-not>. Acesso em 8 de março de 2023.

O ESTADO DE SÃO PAULO. *Sucessão: chave da normalização*. 1972. Disponível em: <https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19720707-29836-nac-0003-999-3-not/busca/Sucess%C3%A3o+chave+normaliza%C3%A7%C3%A3o>. Acesso em 8 de março de 2023.

O ESTADO DE SÃO PAULO. *Políticos insistem na democratização*. 1972. Disponível em: <https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19720719-29846-nac-0003-999-3-not/busca/Pol%C3%ADticos+insistem+democratiza%C3%A7%C3%A3o>. Acesso em 8 de março de 2023.

QUEIROZ, Andréa Cristina de Barros. *O Pasquim: um jornal que só diz a verdade quando está sem imaginação (1969-1991)*. *Revista História & Perspectivas*, v. 1, n. 31, 30 jan. 2009. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/historiaperspectivas/article/view/19137>. Acesso em: 17 de agosto de 2023.

RIAL, Carmen. *Guerra de imagens, imagens da guerra*. *Cadernos Pagu*, n. 47, 2016. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/8647265>. Acesso em: 17 de agosto de 2023.

RIDENTI, Marcelo. Censura e ditadura no Brasil, do golpe à transição democrática, 1964-1988. *Revista Concinnitas*, ano 19, n. 33, 2018. Disponível em:

<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/concinnitas/article/viewFile/39848/27922>
. Acesso em: 17 de agosto de 2023.

RODRIGUES, Natália. Antecedentes do golpe militar de 1964. *Infoescola*, 2014. Disponível em: <https://www.infoescola.com/historia/antecedentes-do-golpe-militar-de-1964/>. Acesso em 8 de janeiro de 2023.

SANGLARD, Fernanda Nalon; TRISTÃO, Marise Baesso. *Relatos da ditadura: memórias divulgadas pela imprensa brasileira a partir dos trabalhos da Comissão Nacional da Verdade*. Estudos em Jornalismo e Mídia, Florianópolis, v. 11, n. 1, p. 51-65, maio 2014.

SÃO PAULO. Comissão Nacional da Verdade. *Relatório, Tomo I – Parte II – Documento Verdade e Gênero*, 2014. Disponível em: http://comissaodaverdade.al.sp.gov.br/relatorio/tomo-i/downloads/I_Tomo_Parte_2_Verdade-e-genero.pdf. Acesso em 1 de março de 2023.

SELIGMANN-SILVA, Márcio. *Sobre o anarquivamento – um encadeamento a partir de Walter Benjamin*. Revista Poiésis, v. 15, n. 24, 2014. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/poiesis/article/view/22910>. Acesso em: 17 de agosto de 2023.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. In: *Educação & realidade*, 20.2, 1995. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/71721>. Acesso em: 17 de agosto de 2023.

SILVA, Aline de Vasconcelos. João Goulart e as Reformas de Base. *Textos e Debates*, Boa Vista, n.32, p. 5-20, jan./jun. 2019.

SILVA, Gislene; MAIA, Flávia Dourado. *Análise de cobertura jornalística: um protocolo metodológico*. Rumores, v. 5, n. 10, p. 18-36, 2011. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/Rumores/article/view/51250>. Acesso em: 17 de agosto de 2023.

SILVA, Marcia Veiga da. *Masculino, o gênero do jornalismo: um estudo sobre os modos de produção das notícias*. 2010. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/25629>. Acesso em: 17 de agosto de 2023.

SOUSA, Reginaldo Cerqueira. Guerrilha do Araguaia: violência, memória e reparação. *Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História*, v. 66, p. 205-206, 2019. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/43200>. Acesso em: 17 de agosto de 2023.

UOL. *Governo dá fim a grupo de trabalho sobre Guerrilha do Araguaia*. Disponível em <https://oantagonista.com.br/brasil/governo-da-fim-simbolico-a-estudos-sobre-guerrilha-do-araguaia/>. Acesso em 3 de julho de 2023.

VISACRO, Alessandro. *Guerra irregular: terrorismo, guerrilha e movimentos de resistência ao longo da história*. São Paulo: Contexto, 2009.

WOOLF, Virginia. *Três guinéus*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019.

ZIPFEL, Gaby. “*Vamos lá curtir um bocado*”. *A relação entre identidade sexual, violência e sexualidade em conflitos armados*. Revista crítica de ciências sociais, n. 96, p. 31-46, 2012. Disponível em: <https://journals.openedition.org/rccs/4802?gathStatIcon=true&lang=fr>. Acesso em: 17 de agosto de 2023.

APÊNDICE: matérias que nomeiam guerrilheiras

GUERRILHEIRA	CODINOME	OCORRÊNCIAS	TÍTULO	DATA	ASSINATURA
ÁUREA ELIZA PEREIRA	NÃO POSSUI	4	<i>Governo conclui lista oficial de desaparecidos</i>	26/07/1995	RICARDO AMARAL
			<i>Processo do Exército derruba versão oficial sobre guerrilha</i>	21/03/2008	LEONENCIO NOSSA
			<i>‘Não se corta erva daninha pelo caule’</i>	22/06/2009	LEONENCIO NOSSA
			<i>Um mergulho no último suspiro da guerrilha</i>	10/06/2012	GABRIEL MANZANO

CRIMEIA ALICE SCHMIDT DE ALMEIDA	ALICE	3	<i>Generais da reserva defendem Ustra;</i>	22/11/2006	MARCELO DE MORAES
			<i>Os fantasmas do armário de Tata</i>	01/09/2009	PATRÍCIA VILLALBA
			<i>Governo libera arquivos para caça a torturadores</i>	23/07/2011	WILSON TOSTA
DINAELZA SANTANA COQUEIRO	MARIA DINA	2	<i>Governo indenizará 26 famílias de desaparecidos</i>	24/07/1996	CLAUDIO RENATO
			<i>Um mergulho no último suspiro da guerrilha</i>	10/06/2012	GABRIEL MANZANO
DINALVA OLIVEIRA TEIXEIRA	DINA	11	<i>Anistia diz que diminuem as denúncias contra o Brasil</i>	10/03/1978	OESP
			<i>Anistia divulga lista de 39 desaparecidos</i>	05/11/1978	OESP
			<i>Araguaia: efetivo chegou a 6 mil</i>	14/09/1978	OESP
			<i>Governo conclui lista oficial de desaparecidos</i>	26/07/1995	RICARDO AMARAL

			<i>Após 30 anos, Curió rompe silêncio sobre a guerrilha</i>	04/03/2004	LEONENCIO NOSSA E DIDA SAMPAIO
			<i>Processo do Exército derruba versão oficial sobre guerrilha</i>	21/03/2008	LEONENCIO NOSSA
			<i>'Não se corta erva daninha pelo caule'</i>	22/06/2009	LEONENCIO NOSSA
			<i>Alemão comprou área de guerrilha</i>	28/06/2009	LEONENCIO NOSSA
			<i>Busca de ossadas no Araguaia começa hoje</i>	08/07/2009	LEONENCIO NOSSA
			<i>Mateiro indica novo local de ossadas</i>	13/07/2009	LEONENCIO NOSSA
			<i>Um mergulho no último suspiro da guerrilha</i>	10/06/2012	GABRIEL MANZANO
ELZA DE LIMA MONNERAT	DONA MARIA	11	<i>Joel depõe hoje sobre sequestro do avião</i>	14/03/1975	OESP
			<i>Arns: participação afasta o comunismo</i>	07/04/1977	OESP

			<i>Cardeal condena prisões e rejeita anistia irrestrita</i>	24/06/1978	OESP
			<i>Para d. Ivo, só a anistia ampla trará a pacificação</i>	20/07/1979	OESP
			<i>O STM dá anistia a 326</i>	31/08/1979	OESP
			<i>STM: a anistia tem três etapas</i>	01/09/1979	OESP
			<i>PC do B pede registro provisório</i>	24/05/1985	OESP
			<i>Livro vai revelar como caiu o comitê do PCB</i>	03/01/1987	OESP
			<i>'Não se corta erva daninha pelo caule'</i>	22/06/2009	LEONENCIO NOSSA
			<i>Alemão comprou área de guerrilha</i>	28/06/2009	LEONENCIO NOSSA
			<i>Nem sinhá, nem dama de ferro</i>	03/10/2010	MÁRCIA VIEIRA

HELENIRA RESENDE DE SOUZA NAZARETH	FÁTIMA	3	<p><i>Anistia divulga lista de 39 desaparecidos</i></p> <p><i>Governo conclui lista oficial de desaparecidos</i></p> <p><i>Mateiro indica novo local de ossadas</i></p>	<p>05/11/1978</p> <p>26/07/1995</p> <p>13/07/2009</p>	<p>OESP</p> <p>RICARDO AMARAL</p> <p>LEONENCIO NOSSA</p>
JANA MORONI BARROSO	CRISTINA	1	<p><i>Governo conclui lista oficial de desaparecidos</i></p>	<p>26/07/1995</p>	<p>RICARDO AMARAL</p>
LUCIA MARIA DE SOUZA	SÔNIA	6	<p><i>Anistia divulga lista de 39 desaparecidos</i></p> <p><i>Governo conclui lista oficial de desaparecidos</i></p> <p><i>Sessão na Câmara exalta repressão no Araguaia 'Não se corta erva daninha pelo caule'</i></p> <p><i>Mateiro indica novo local de ossadas</i></p>	<p>05/11/1978</p> <p>26/07/1995</p> <p>25/06/2005 22/06/2009</p> <p>13/07/2009</p>	<p>OESP</p> <p>RICARDO AMARAL</p> <p>DENISE MADUEÑO LEONENCIO NOSSA</p> <p>LEONENCIO NOSSA</p>

			<i>Um mergulho no último suspiro da guerrilha</i>	10/06/2012	GABRIEL MANZANO
LUCIA REGINA MARTINS	NÃO POSSUI	0	-	-	-
LUIZA AUGUSTA GARLIPPE	TUCA	4	<i>Governo conclui lista oficial de desaparecidos</i>	26/07/1995	RICARDO AMARAL
			<i>'Não se corta erva daninha pelo caule'</i>	22/06/2009	LEONENCIO NOSSA
			<i>Busca de ossadas no Araguaia começa hoje</i>	08/07/2009	LEONENCIO NOSSA
			<i>Mateiro indica novo local de ossadas</i>	13/07/2009	LEONENCIO NOSSA
LUZIA REIS RIBEIRO	BAIANINHA	0	-	-	-
MARIA CÉLIA CORRÊA	ROSA	5	<i>Governo conclui lista oficial de desaparecidos</i>	26/07/1995	RICARDO AMARAL
			<i>'Ela vai aparecer por essa porta'</i>	08/05/2005	FRED MELO PAIVA
			<i>Processo do Exército derruba versão oficial sobre guerrilha</i>	21/03/2008	LEONENCIO NOSSA

			<i>'Usurparam uma história alheia'</i>	12/07/2009	LEONENCIO NOSSA
			<i>Justiça do Pará rejeita denúncia contra Curió</i>	17/03/2012	LEONENCIO NOSSA
MARIA LÚCIA PETIT DA SILVA	MARIA	8	<i>Anistia divulga lista de 39 desaparecidos</i>	05/11/1978	OESP
			<i>Governo conclui lista oficial de desaparecidos</i>	26/07/1995	RICARDO AMARAL
			<i>Ossadas de Perus estão à disposição do Estado</i>	23/05/1998	CLAYTON LEVY E ARNALDO GALVÃO
			<i>Indenizações viram esqueleto de R\$ 1,4 bi</i>	28/08/2004	LEONENCIO NOSSA
			<i>Busca de ossadas no Araguaia começa hoje</i>	08/07/2009	LEONENCIO NOSSA
			<i>'Usurparam uma história alheia'</i>	12/07/2009	LEONENCIO NOSSA
			<i>Governo libera arquivos para caça a torturadores</i>	23/07/2011	WILSON TOSTA

			<i>Comissão de Mortos e Desaparecidos reclama de sucateamento no governo</i>	02/01/2015	ROLDÃO ARRUDA
REGILENA CARVALHO	LENA	0	-	-	-
RIOCO KAYANO	NÃO POSSUI	3	<i>Alckmin e Genoio fazem debate acirrado na TV</i>	17/10/2002	OESP
			<i>Campanha, em vez de férias</i>	27/10/2002	PATRÍCIA VILLALBA
			<i>O vermelho dá o tom nos trajes da cerimônia</i>	01/01/2003	GILSE GUEDES
SUELY YUMIKO KANAYAMA	CHICA	2	<i>Anistia divulga lista de 39 desaparecidos</i>	05/11/1978	OESP
			<i>Governo conclui lista oficial de desaparecidos</i>	26/07/1995	RICARDO AMARAL
TELMA REGINA CORDEIRO CORRÊA	LIA	4	<i>Governo conclui lista oficial de desaparecidos</i>	26/07/1995	RICARDO AMARAL
			<i>'Ela vai aparecer por essa porta'</i>	08/05/2005	FRED MELO PAIVA
			<i>Processo do Exército derruba</i>	21/03/2008	LEONENCIO NOSSA

			<i>versão oficial sobre guerrilha</i>		
			<i>Justiça do Pará rejeita denúncia contra Curió</i>	17/03/2012	LEONENCIO NOSSA
WALKIRIA AFONSO COSTA	NÃO POSSUI	2	<i>Anistia divulga lista de 39 desaparecidos</i>	05/11/1978	OESP
			<i>Governo conclui lista oficial de desaparecidos</i>	26/07/1995	RICARDO AMARAL